



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 556 - DE 3 DE DEZEMBRO A 17 DE DEZEMBRO DE 2017 - R\$ 4,00

CUT, Força, CTB, UGT, Nova Central e CSB suspendem a greve nacional.

É criminosa a posição da CUT de que um “governo legítimo” possa retomar democraticamente a reforma da Previdência.

A classe operária não deve sujeitar suas condições de existência a nenhum tipo de governo burguês.

A bandeira da classe operária e de todos os oprimidos é outra:

A reforma serve apenas aos capitalistas, abaixo a reforma da previdência!

Lutemos sob essa bandeira. E acrescentemos:

Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares! Abaixo o governo golpista e corrupto de Temer! Por um governo operário e camponês!



Construir o Partido Mundial da Revolução Socialista estudando a história do bolchevismo!

Nossa luta pela independência da classe operária

Já tínhamos escrito o editorial, quando recebemos a notícia da suspensão da greve nacional de 5 de dezembro. Decidimos não modificar, uma vez que a suspensão confirmou nossa crítica.

Nos momentos mais difíceis é que vem à tona o quanto os explorados estão submetidos à política burguesa e desorganizados. Em outras palavras, o quanto temos de trabalhar por sua independência de classe. Estamos a poucos dias do que as centrais sindicais denominaram Greve Nacional. Quer dizer que neste dia 5 de dezembro não se está organizando a Greve Geral. Esse é o sentido dado. Pretende-se mais um dia de protestos limitados em vários estados. Nem pensar em retomar os marcos da Greve Geral de 28 de abril.

A burocracia está apostando nas dificuldades de Temer em arregimentar sua base parlamentar para votar a reforma da previdência no dia 6 de dezembro, como estava previsto.

As divisões internas em todos os partidos de sustentação do governo, inclusive no PMDB, permitem à burocracia sindical opositora (da CUT e CTB), bem como à aliada (Força Sindical, UGT, etc.), respirarem aliviadas e depositarem as esperanças no receio dos deputados serem julgados nas eleições de 2018. De maneira que a Greve Nacional não passe de um protesto, que mostre aos partidos governistas a inconveniência de impor mais uma reforma tão odiada pela população.

Basta a reforma trabalhista que retrocede as relações entre capital e trabalho a fases iniciais de selvageria. As burocracias sindicais opositoras e governistas desmontaram o movimento iniciado pela Greve Geral de 28 de abril e assim contribuíram para a sua aprovação e implantação. Acusamos os burocratas, representantes dos interesses gerais da burguesia no seio dos sindicatos, de traição. Depois dessa inestimável colaboração com o governo e o Congresso Nacional golpistas, vem a reforma da previdência. O capital financeiro tem interesse especial em sua aprovação. O projeto negociado tem sido apresentado como ainda muito limitado. Mas é mais um passo na reforma que se iniciou no governo de Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e avançou no governo de Luis Inácio Lula da Silva (PT).

Não pode haver dúvida e vacilação de que será implantada a nova previdência, que sacrifica ainda mais a vida dos explorados. A burguesia e Temer tudo farão para não perder o momento de dar mais esse passo. É certo que há divisões nos partidos do governo, o que não houve na votação da reforma trabalhista. Mas a política da classe operária não se guia nem se fia pelo que acontece na política da burguesia. Guia-se e fia-se em suas próprias previsões e for-

ças. É preciso golpear a reforma e o governo que a encarna agora. As divisões na base golpista, sem dúvida, favorecem nossa luta. É melhor o inimigo dividido do que unido. Mas convencer os explorados que seus inimigos não vão adiante com a reforma porque estão divididos é traição. Traição típica das forças políticas que controlam os sindicatos, empenhadas em fazer prevalecer a conciliação de classes em detrimento da luta de classes.

Vimos que depois da Greve Geral de 28 de abril a Força Sindical e a UGT passaram a colaborar com Temer, na esperança de obter uma concessão quanto ao imposto sindical. A CUT, por sua vez, permaneceu na sombra da negociata. Essa experiência não deve nunca ser esquecida. Deve ser sempre lembrada. Expressou e expressa no fundo a subordinação da classe operária à política burguesa. E, portanto, a necessidade vital de se emancipar por meio da luta por

suas reivindicações, por seus métodos próprios e pela estratégia da revolução proletária, da conquista de um governo operário e camponês.

O enfrentamento às reformas antinacionais e antipopulares e à ditadura civil de Temer e do Congresso Nacional prepara as condições de novos enfrentamentos no futuro. O

fato concreto é que a reforma da previdência está na Câmara dos Deputados para ser votada. A luta da classe operária é por derrubá-la. Agora é a melhor hora! Uma Greve Geral ativa, combativa, seguida de grandes manifestações, sem dúvida jogaria a primeira pá de cal. Um arremedo de mobilização nacional será tomado pelo governo e pela burguesia como falta de decisão, como um aceno que a burocracia está jogando e como falta de confiança dos explorados em suas próprias forças.

É preciso mostrar à classe operária que a reforma da previdência é essencial para os interesses dos banqueiros, dos aplicadores e da grande burguesia industrial. E, por isso, agora ou um pouco mais adiante, será imposta, caso os explorados não lutem com toda energia e caso a classe operária não comece a ganhar independência política e organizativa.

É criminosa a posição da CUT de adiar a decisão sobre a reforma da previdência para que depois das eleições o tal do “governo legítimo” tenha como retomá-la “democraticamente”. A bandeira da classe operária e de todos os oprimidos é outra: *A reforma serve apenas aos capitalistas, abaixo a reforma da previdência!* Lutemos sob essa bandeira. E acrescentemos: *Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares! Abaixo o governo golpista e corrupto de Temer! Por um governo operário e camponês!*

A reforma da previdência, agora ou um pouco mais adiante, será imposta, caso os explorados não lutem com toda energia e caso a classe operária não comece a ganhar independência política e organizativa.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Centrais suspendem a greve nacional

Na sexta-feira, 1 de dezembro, lemos a notícia que a CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CSB decidiram suspender a “Greve Nacional” de 5 de dezembro. Em nota, dizem que “a pressão do movimento sindical foi fundamental para o cancelamento da votação da reforma da previdência”. Na verdade, as centrais não organizaram a classe operária para uma verdadeira greve geral. Desde o início, condicionaram o dia 5 ao jogo do Congresso Nacional.

Depois da votação da reforma trabalhista, a burocracia sindical passou a contar com as dificuldades de Temer em obter os 308 votos necessários. Os burocratas puseram as mãos para o céu, à espera que as divisões nos partidos da base governista inviabilizassem a aprovação da reforma da previdência. Diante da reforma trabalhista, se mostraram impotentes e conciliadores. Traíram, desmontando o movimento nacional após a greve geral de 28 de abril. O Congresso Nacional e o governo Temer, assim, não tiveram nenhuma dificuldade em impor um dos maiores retrocessos às antigas conquistas do proletariado. Agora, continuam na rabeira dos parlamentares, esperando que tenham “medo” de se tornarem mais impopulares e de não serem eleitos em 2018.

As centrais correram a pedir ao presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, que retirasse da pauta a reforma da previdência. Em particular, a CUT e CTB pleiteiam que se espere a eleição de um novo governo, que teria “legitimidade” para discutir democraticamente como “sustentar a previdência”. Maia já havia reconhecido que era melhor ser “realista do que otimista”. Ao mesmo tempo, prometeu que o adiamento é provisório. Espera que Temer negocie com os partidos aliados

as condições para a votação.

Não temos dúvida de que o capital financeiro atuará para que o governo e o Congresso Nacional modifiquem a previdência. Essa decisão está vinculada à gigantesca dívida pública e à pesada carga de juros. Foi montado um poderoso cerco da burguesia em torno da reforma trabalhista e da previdência. O golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff triunfou precisamente por estar vinculado às medidas draconianas contra as massas. Somente uma ampla e profunda mobilização da classe operária poderia quebrar a espinha dorsal do golpe e, assim, enfrentar a ofensiva dos capitalistas sobre as condições de existência dos trabalhadores. O PT e a burocracia sindical se mostraram incapazes de organizar a resistência operária e popular.

O resultado foi a implantação da reforma trabalhista. Atendeu às exigências da burguesia de acabar com qualquer trava ao recrudescimento da exploração do trabalho. A reforma da previdência completa o plano Meirelles. É o compromisso mais diretamente ligado ao capital financeiro. Não se pode, portanto, achar que as divisões nas fileiras do governo irão inviabilizar essa reforma. Se não houver luta, Temer e Maia encontrarão um meio de arranjar os votos necessários no Congresso Nacional. É assim que a classe operária deve pensar. É assim que devemos alertar os explorados.

Condenamos a suspensão da greve nacional. Rechaçamos a política capituladora de convencimento dos parlamentares. Lutamos para reorganizar o combate imediatamente. Trabalhamos pela derrubada das reformas nas ruas. Abaixo a reforma da previdência!

Burocracia sindical quer apenas negociar a reforma da previdência

Depois de lançarem um comunicado convocando a “Greve Nacional” para 5 de dezembro, as maiores centrais foram no dia 29 de novembro pedir que o presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, um dos protetores do governo corrupto e golpista de Temer, retirasse a reforma da previdência da pauta de votação. Os burocratas da CUT, Força Sindical, UGT e aliadas levaram como moeda de troca a greve nacional. Foram mais longe. A UGT, em tom de alerta, disse a Maia que o “tema é sensível e será fácil mobilizar a população”. Mas, “queremos dialogar”. O espertalhão do Maia recebeu os burocratas, se mostrou mansinho e disse que “daria uma resposta” depois. A Força Sindical e UGT saíram confiantes de que mesmo essa reforma mais “enxuta” não seria votada na primeira semana de dezembro. Certamente, para arrefecer a mobilização em torno da greve.

O burocrata da CUT, Vagner Freitas, depois da evasiva de Maia, disse que a resposta dos trabalhadores é a greve. Aí, radicalizou: “Vamos fazer uma ampla greve nacional no dia 5, vamos ocupar as ruas, cruzar os braços, fazer assembleia, deixar bem claro para os deputados que não vamos aceitar de forma alguma o fim de nossas aposentadorias”.

Logo em seguida, Freitas passou para ao eleitoralismo. Dis-

se que somente um governo “ilegítimo” pode retirar direitos dos trabalhadores nas vésperas de eleições presidenciais. Enfatizou que só um governo eleito pode discutir democraticamente como “sustentar a previdência”. Portanto, disse que um governo “legítimo” pode fazer a reforma da previdência. E que “discutir esse tema agora, é golpe”.

Por fim, concluiu que é preciso fazer “pressão” aos deputados, que estão como “medo” de votar em favor da reforma da previdência.

Já havíamos denunciado a caracterização de governo “ilegítimo” espalhada pelo PT, pelos burocratas sindicais e pelas correntes de esquerda, como PSOL. Isso por que serve tão somente para reorganizar a oposição burguesa, liderada pelo PT, para concorrer às eleições. A CUT e os petistas são favoráveis a uma reforma da previdência, mas querem que seja feita pelo governo eleito em 2018. O POR, ao contrário, caracteriza o governo Temer como ditadura civil, que deve ser derrubada pela ação direta das massas, em luta contra as reformas antinacionais e antipopulares. A burocracia ao sujeitar a greve nacional de 5 de dezembro às negociatas com o Congresso Nacional indicou que pouco fará para mobilizar a classe operária por uma verdadeira greve geral.

Rio Grande do Norte

Plenária organizativa das centrais discute dia 05/12

Estiveram presentes os representantes da CUT, CTB, INTER-SINDICAL e CSP-Conlutas, e dirigentes sindicais do SINDMETAL (metalúrgicos), SINDSUPER (supermercados), SINDSAUDE, ADUERN (docentes da UERN), Bancários, SINAI (órgãos da administração indireta), SINDPREVS (trabalhadores da previdência), SINDIFERN (auditores fiscais), além do Movimento de Luta nos Bairros (MLB). Percebeu-se a ausência do MST. Apesar da burocracia da CUT e da CTB dirigirem sindicatos operários e do restante do setor privado, nota-se uma ausência desses sindicatos. A plenária contou majoritariamente com a presença de representações do funcionalismo público, principalmente dos que são filiados ou orbitam a CSP-Conlutas e Intersindical. O SINTE (professores da educação básica) e SINSENAT (servidores municipais de Natal), dirigidos pela CUT, também não estavam presentes.

Após informes e avaliações, a representante da CUT tomou a palavra para dizer que, na reunião ampliada da executiva estadual da CUT, já tinham decidido que, no dia 05, fossem realizadas “ações que causem prejuízo ao capital”; que seriam utilizados, para isso, os comitês que haviam surgido em abril; deviam parar os transportes ferroviários, rodoviários e portuários e que fosse realizado um ato à tarde, em frente ao INSS. Informou também que realizará uma reunião com os sindicatos dos portuários e ferroviários, têxteis, comerciários, metalúrgicos, hoteleiros, etc., para pensar as ações que serão realizadas pela manhã. Por fim, fez um chamado para que a CTB, CSP e demais centrais se incorporassem nas atividades.

O representante da CSP, que dirigia a mesa, informou que as centrais haviam se reunido mais cedo para fechar as propostas, que basicamente eram as da CUT. Na plenária, após ter dado empate numa votação para decidir se o ato deveria ser parado ou

em caminhada, a CUT esclareceu que o ato parado seria para dar respaldo a uma ocupação a ser realizada do prédio do INSS; e a CSP respaldou a proposta, dizendo que esse formato seria para que as pessoas pudessem escutar os oradores, intercalando-se com atividades culturais. Em uma segunda votação, a proposta das centrais venceu.

O caráter passivo e festivo que as centrais almejam para o ato está em contradição com a insatisfação dos operários e demais explorados com a PEC 287 e os efeitos da reforma trabalhista. A ocupação do INSS, se acontecer, será na lógica do “simbolismo”, pois se trata apenas de um prédio administrativo. As “ações que causem prejuízo ao capital”, como os bloqueios, se restringem, na lógica dos burocratas, a ações da “militância” (vanguarda). O SINDMETAL e o SINDSUPER, por exemplo, que falaram na plenária em “enfrentamento”, “radicalizar”, “queimar pneu”, na prática nada farão para que suas bases operárias paralitem por suas reivindicações; no lugar disso, falam em exigir aos patrões a “liberação” apenas dos diretores sindicais para a greve geral.

A plenária demonstra que a unidade entre as centrais é burocrática. A CSP-Conlutas e a Intersindical, por dirigirem apenas sindicatos do funcionalismo, apesar de estar em maioria, pouco peso possuem nessas reuniões de cúpula e acabam se submetendo à CUT. A votação é fictícia. Serve apenas para referendar o que já havia sido decidido anteriormente. A pressão que a burocracia sindical sofre diante de suas bases a obriga a realizar essas ações “radicais”, mas não as levarão até as últimas consequências, a luta pela derrubada das reformas, que passa pela constituição de uma verdadeira frente única sindical, desde as assembleias de base e a partir das reivindicações em defesa das condições de vida, por meio da qual poderá se quebrar a trava das burocracias sindicais.

Terra Livre FAZ ocupação de prédio no centro de São Paulo TOTAL APOIO À LUTA POR TERRA E MORADIA

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o déficit habitacional, em 2015, correspondia a 6.186.503 milhões de famílias sem moradia. Entre as regiões com o maior déficit, nesse mesmo ano, destacaram-se: São Paulo (1,306 milhão), Minas Gerais (552 mil) e Bahia (468 mil). Em comparação com os anos de 2013 e 2014, houve um aumento na falta de moradias.

Não é difícil comprovar esse fato. Hoje, qualquer um que anda pelo centro de São Paulo ou bairros percebe que é muito maior o número de pessoas vivendo nas ruas, praças e debaixo de pontes. Expressão da barbárie capitalista. São mais de 14 milhões de desempregados no País. A maioria dos trabalhadores recebe um salário de miséria, que sequer consegue alimentar a família. Os alugueis estão cada dia mais caros.

Para dar resposta à falta de moradia, o movimento popular TERRA LIVRE mantém ocupado, desde o dia 19 de setembro, um prédio abandonado no centro de São Paulo. Em seu comunicado, os companheiros afirmam “a ocupação é a resposta que damos ao despejo dessas famílias que viviam no Edifício Tupã, no centro de São Paulo, antes de serem desabrigadas. É a resposta

à recente reintegração de posse violenta e covarde na ocupação São João, também no centro de São Paulo, que deixou sem ter onde morar 800 pessoas. Tudo para deixar vazio um prédio, que já estava há 10 anos abandonado e cheio de dívidas. É a resposta para a especulação imobiliária e para o absurdo que são os prédios abandonados na cidade de São Paulo, muitas vezes com dívidas maiores do que seu próprio valor. 290 mil imóveis vazios, enquanto 130 mil famílias não têm onde morar. É a resposta que damos a uma cidade elitista e excludente, onde o dinheiro e o lucro vêm acima dos direitos humanos. Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito!”

Todo apoio e solidariedade à luta por terra e moradia. Unificar a luta da classe operária e demais oprimidos, da cidade e do campo, para impor, por meio da ação direta, a terra aos camponeses pobres e a moradia a todas as famílias que necessitam. Ocupar e expropriar, sem indenização, as terras que estão em mãos dos latifundiários. Ocupar os prédios vazios e transformá-los em moradia para as famílias vítimas do desemprego e da miséria gerada pela burguesia e seu sistema putrefato.

IBGE divulga dados estarrecedores

Mais de 44 milhões de trabalhadores obtinham, em 2016, no final do mês, R\$ 747,00. O salário mínimo era de R\$ 880,00. Os 4,445 milhões que compõem o universo dos ultramiséráveis obtiveram, em média, R\$ 73,00 mensais. Considerando a renda familiar por pessoa (per capita) dos 5% mais pobres, o IBGE chegou ao valor de R\$ 47,00. São 10 milhões de seres sobrevivendo à míngua. Nestas condições, não há surpresa no fato de 1,8 milhão de crianças e adolescentes, na faixa entre 5 a 17 anos trabalharem, quando deveriam estar na escola. O trabalho infantil de 5 a 13 anos abarca 190 mil, sendo que a grande maioria não recebe nada. Um dado que enriquece a estatística do IBGE é o de que 20,1 milhões de crianças e jovens dão duro em casa, ocupando-se dos afazeres domésticos. São nada mais nada menos que a metade dos que compõem essa faixa etária. Era de esperar que as regiões do Norte e Nordeste fossem as mais castigadas pela miséria. O seu rendimento médio per capita dos 5% mais pobres foi respectivamente R\$ 38,00 e R\$ 33,00.

A demonstração de que ao lado da imensa miséria se encontra a ultrac concentração de riqueza em mãos da ultraminoria é apenas uma decorrência do estudo, que revela as profundas contradições do capitalismo. É tão estarrecedor ver que 1% mais rico detém uma renda média mensal de R\$ 27.085,00, enquanto que os 44 milhões conseguem com suor e lágrima os míseros R\$ 747,00. A concentração de riqueza em um polo e de miséria em outro é próprio do sistema capitalista de exploração do trabalho e acumulação de capital.

Os analistas constatam, assim, que o Brasil exibe a maior desigualdade do mundo. As diferenças, porém, são apenas de graus. Há uma enorme quantidade de países que mais se aproxima e uma menor que se distancia das condições do Brasil. Mas a lei econômica geral que reproduz incessantemente a riqueza concentrada e a pobreza espalhada é a mesma em toda a parte. É claro que os países capitalistas adiantados, que formam a minoria, apresentam uma face menos bárbara. Mas sustentam menor disparidade social graças à exploração e sangria das riquezas do restante dos países atrasados e semicolônias. O fato é que em nível mundial se produz e reproduz a mesma escala de concentração de riqueza e pobreza.

A massa de pobres e miseráveis do Brasil é parte da massa de pobres e miseráveis da América Latina, da África e da Ásia. Os Estados Unidos, como maior potência, apresentam uma brutal escala de pobres. É bom fazer essa observação para que não se oculte o fundamental dos dados estarrecedores: a lei geral que rege o capitalismo em todos os lugares, diferindo-os apenas em particularidades. A barbárie social que se manifesta no Brasil é expressão da barbárie mundial do capitalismo senil e em decomposição.

A ideia que está por detrás do estudo do IBGE é a de que é preciso encurtar em alguns centímetros a distância entre a minoria rica e a maioria pobre para abrir uma clareira ao desenvolvimento econômico. Bastaria que os 44 milhões de miseráveis ganhassem um pouco mais para consumir um pouco mais e dinamizar o mercado interno. Os programas sociais, iniciados no governo de Fernando Henrique Cardoso e desenvolvidos sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram concebidos nesse sentido. No entanto, não passaram de emplastos aplicados sobre as imensas feridas na vida das massas pelos bons samaritanos modernos. As bondades da burguesia nacional, com apoio do imperialismo, rolaram ribanceira abaixo com a crise econômica, com a recessão, a volta do desemprego massivo e a expansão do subemprego. É o que dizem os dados do IBGE

ao mostrar a desigualdade de renda em 2016. Já não é mais possível maquiar a pobreza e miséria com programas do tipo Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Luz a Todos, etc.

As reformas trabalhista e previdenciária, sem dúvida, agravam as condições de existência dos explorados, em particular da juventude. O capitalismo em sua fase de regressão não permite à burguesia assumir reformas em favor do trabalho. De maneira que agem no sentido contrário, impondo ditatorialmente a flexibilização capitalista do trabalho. Destroem-se antigas conquistas da classe operária, que compõem como elemento de defesa dos assalariados, de um lado, e como trava aos exploradores da força de trabalho, de outro. O governo burguês chega ao ponto de mentir descaradamente para dissuadir o proletariado de lutar contra as reformas antinacional e antipopular. A imprensa monopolista se desdobra em divulgar a falsidade de que a reforma da previdência visa a acabar com os privilégios e alcançar a igualdade. O mesmo foi feito com a reforma trabalhista, pintada como solução para o desemprego e o subemprego. Essas propagandas são disseminadas quando o IBGE revela os dados estarrecedores da barbárie.

Como vemos, são profundas e insolúveis as contradições do capitalismo senil em seu próprio marco. A vasta pobreza e miséria, apresentada em números frios, se nos revela diariamente. Comparece na forma de pedintes, de sem-teto, de sem-terra, de desempregados crônicos, de velhos, crianças e mulheres empurradas para as favelas, de jovens arrastados pelo narcotráfico, pelas prisões superlotadas, pelo alto número de assassinatos, pelas chacinas nos bairros operários. Enfim, a lista vai longe. A burguesia e seus governos não têm como reverter esse quadro, que tende a se agravar. Não porque não existem meios econômicos, mas porque todos os meios têm de ser postos a serviço da burguesia parasitária, historicamente caduca.

O Brasil há décadas não tem crescimento vigoroso e consistente. Vive mergulhado no baixo desempenho, na estagnação e na recessão. Sua economia condicionada pelo capital financeiro completamente parasitário, pelos monopólios industriais e pela propriedade latifundiária da terra não lhe permite impulsionar as forças produtivas. Cresce a população, mas a economia permanece quase estacionária. A concentração de riqueza aumenta e cada vez mais é mantida a punho de ferro pela minoria burguesa. As massas suportam o peso da concentração parasitária, na forma do desemprego, subemprego e dos salários miseráveis. Esses fatores e contradições mostram que as condições para a transformação do capitalismo em socialismo estão dadas. É imprescindível libertar as forças produtivas das travas impostas pelas relações capitalistas de produção, da grande propriedade e da acumulação de capital. Os milhões de seres que vivem na pobreza e miséria constituem uma gigantesca força de trabalho capaz de impulsionar as forças produtivas. Sob a forma de propriedade social, permitirão arrancar as massas das condições sub-humanas de existência e do profundo atraso cultural.

O programa que responde a essa tarefa histórica é o da revolução proletária, anticapitalista e anti-imperialista. Evidentemente, para alcançá-la, temos de percorrer o longo caminho de defesa das condições elementares dos explorados. Organizar o combate econômico, político e ideológico à dominação burguesa. A construção do partido operário revolucionário é parte dessa tarefa imposterável.

Banco Mundial recomenda maior ataque

Esse órgão do capital financeiro internacional, portanto, do imperialismo, avalia que Temer deve ir mais fundo nas reformas antinacionais e antipopulares. Segundo informações, o Banco Mundial atendeu a um pedido do ministro da Fazenda de Dilma Rousseff, Joaquim Levy, que fizesse um estudo sobre o déficit primário e propostas para reduzir os gastos. Os agentes do imperialismo esperaram o momento certo para responder.

O ministro Levy desistiu do cargo, Dilma foi posta para fora da presidência, seu vice Michel Temer assumiu seu lugar e o Congresso Nacional golpista tomou para si a tarefa de impor ao País e à maioria oprimida um violento plano de reformas. A mudança constitucional sobre a composição do orçamento, o teto dos gastos, a reforma trabalhista e a previdenciária foram aplaudidos pelo imperialismo.

Tudo o que viesse e que venha a garantir o pagamento da gigantesca carga de juros da dívida pública está de acordo com as necessidades do capital financeiro parasitário. Dilma foi incapaz de ir até o fim para cumprir esse objetivo, de maneira que Levy se viu limitado, deixou o cargo e assim serviu à oposição pró-imperialista e ao aliado PMDB para armar a conspiração do impeachment. Agora que Temer e o Congresso Nacional golpista foram adiante com as medidas exigidas pelos financistas e pelo grande capital industrial, agroindustrial e comercial, o Banco Mundial publicou seu “estudo” e recomendações.

Certamente, não há nada de novo. A única novidade, para nós, foi saber que o governo de Dilma Rousseff havia recorrido ao Banco Mundial. Talvez na época nos tenha escapado tal informação. Se não houve sigilo, então não há nada de novo. A cantilena dos agentes imperialistas se resume em cortar orçamento, privatizar e aumentar imposto sobre a pequena burguesia e sobre o setor produtivo. No primeiro caso, cortam-se os gastos com saúde, educação e serviços sociais, principalmente. No segundo, entregam-se recursos naturais (petróleo, gás, minerais), industriais e transportes (indústria do petróleo, de energia elétrica, portos, aeroportos, etc.).

Pensem apenas um segundo, é preciso pedir orientação ao Banco Mundial? Sem dúvida, os técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento sabem perfeitamente o funcionamento orçamentário. Não é preciso que nenhum agente do imperialismo diga como andam as contas do Brasil. Ocorre que a ação do Banco Mundial é política. Serve de correia de transmissão das diretrizes das potências para os países de economia atrasada e semicolonial.

O estudo, a que se denominou “Um ajuste justo”, apresenta medidas para o governo cumprir a meta do teto dos gastos, que não podem crescer além da inflação do ano anterior. Vejamos algumas das recomendações.

Começamos pelas alterações nos programas sociais. Deveriam ser fundidos em um só programa, de maneira que o miserável que sobrevive de migalhas do Estado passe a receber menos. Os técnicos do Banco Mundial descobriram que uma mesma família de miseráveis pode receber, ao mesmo tempo, o Bolsa Família, salário-família, aposentadoria rural e alguns trocados dos Benefícios de Prestação Continuada. A mágica da

economia de recursos é simples: descubrem-se as famílias que recebem mais de uma “ajuda” e corta-se uma parte considerada excedente. Extraordinária solução em favor dos banqueiros pobrezinhos.

O cinismo é tão descarado que o Banco Mundial concluiu que haveria economia orçamentária sem aumentar a pobreza. Obter-se-ia o mesmo resultado gastando menos. Notem a espartezinha dos cães de guarda do capital.

Viram também que é possível evitar gastos com o seguro-desemprego, que Dilma Rousseff já havia alterado para pior. O desempregado primeiro passaria a gastar o seu FGTS, somente quando a sua última gota fosse sugada, aí então poderia requerer o seguro-desemprego. Em compensação, poderia ser aumentado de 5 para 7 meses. Esses sagazes economistas ganham rios de dinheiro para chegar a esse tipo de conclusão em favor, ao mesmo tempo, dos miseráveis, do orçamento nacional e dos agiotas, que coletam bilhões todos os anos em juros da dívida pública.

Outra proposta: privatizar o ensino universitário. Esse é mais um dos achados do Banco Mundial. Por que o Estado tem de gastar com os ricos que podem pagar os estudos? O Brasil, afinal de contas, já tem uma rede privada capaz de preencher milhares e milhares de vagas ociosas. Caminha-se para uma estrutura monopolista e avança a desnacionalização do setor. Ocorre que a universidade pública foi uma necessidade econômica e social do Brasil. Em parte, resultou da luta da pequena-burguesia urbana e de intelectuais nacionalistas, evidentemente. Jamais a burguesia pensou em universalizá-la. Nem mesmo para a pequena-burguesia, que, se quiser, arrume condições para ingressar no sistema privado. A recomendação do Banco Mundial é a de acabar com a universidade pública para impulsionar o sistema mercantil da educação. A economia aumentará o caixa do Tesouro Nacional para garantir aos banqueiros e investidores o retorno dos títulos da dívida pública e ainda favorecerá os capitalistas que exploram o ramo do ensino.

Há muito mais. Não é, porém, preciso ir além para mostrar o tamanho do ataque proposto pelo Banco Mundial. De conjunto, o programa do imperialismo para o Brasil agrava o bloqueio e a regressão do desenvolvimento econômico e social. Os últimos anos de estagnação e recessão alavancaram o desemprego e o subemprego. Com a reforma trabalhista, se agravaram ainda mais as condições sociais. Reduzidos ou retirados programas assistenciais, milhões de famílias serão empurradas de vez para a fome. A pequena burguesia arruinada se verá ainda mais cerceada ao acesso elementar à educação superior.

O plano do Banco Mundial ataca em cheio os assalariados, sacrifica ainda mais as camadas miseráveis e prejudica a pequena burguesia. Em contrapartida, protege o capital financeiro.

A resposta da classe operária deve ser dada já no dia 5 de dezembro. Em luta contra a reforma trabalhista e da previdência, os explorados poderão levantar a bandeira anti-imperialista de “Fora o Banco Mundial do Brasil!” “Pela independência nacional!” “Pela derrubada da burguesia entreguista!” “Por um governo operário e camponês”, nascido do combate anti-imperialista e anticapitalista da maioria oprimida.

VI Conferência de Mulheres da Apeoesp

O eleitoralismo desviou do caminho da luta pela emancipação das mulheres

Realizou-se a VI Conferência de Mulheres da Apeoesp. A grande maioria das participantes era vinculada ao PT. As correntes de esquerda atuaram em número muito reduzido. Isso se deveu, em parte, aos critérios de escolha de delegados por região, determinados pela Articulação/PT, corrente majoritária na direção do sindicato. Havia, também, o empecilho de ocorrer em um final de semana letivo (reposição de aulas). É preciso também considerar as experiências negativas das conferências passadas, nas quais não se decidiu nada, porque não são deliberativas.

A Corrente Proletária, que vem participando dessas conferências, não teve acesso com antecedência ao temário, apesar do enorme esforço para obtê-lo. Na véspera, recebeu os temas que seriam debatidos e como se dariam as apresentações das resoluções. Assim, decidi por fazer um documento que expressasse a posição do POR em relação à opressão da mulher e resoluções derivadas desse posicionamento (abaixo publicado).

Diante dessa situação, a Conferência foi bastante despolitizada, onde uma parte significativa de delegadas tomava a palavra para narrar experiências pessoais de violência, ou para mostrar como superaram os “assédios” morais, homofóbicos, estuprose toda sorte de discriminação. Certamente, objetivando mostrar que é possível individualmente dar um basta à violência. Que a mulher tem de se “empoderar”. Outras delegadas enfatizaram a necessidade de um governo “legítimo”, como foram os do PT, para que haja “políticas públicas” e a garantia de seu funcionamento, a exemplo das casas de mulheres, das delegacias especializadas e de medidas socioprotetivas. As palestras, por sua vez, cumpriram a função de denunciar a violência e apresentar a saída eleitoral para 2018. As correntes de esquerda, MAIS e PSOL, que contaram com palestrantes, procuraram mascarar o eleitoralismo com as pinceladas sobre as bárbaras consequências do sistema capitalista sobre as mulheres e, em particular, sobre as mulheres pobres e negras.

O fundamental da Conferência é que esteve sob a política do reformismo petista, que, nesse momento, se expressava na defesa das eleições de 2018, Lula presidente e constituição de uma forte bancada parlamentar de mulheres. Aquelas que se referiram às reformas de Temer não escaparam à defesa eleitoral.

As correntes, MAIS e outros agrupamentos do PSOL, se ocuparam em denunciar a política de alianças do PT com partidos e velhos caciques da política burguesa, entre eles Sarney e Calheiros. Enfatizaram que Lula teria de se posicionar claramente contra as reformas de Temer. Ou, então, conclamavam a constituição de uma frente de esquerda para concorrer às eleições. O PSTU foi mais cauteloso. Dizia que o momento não era para enfatizar as eleições de 2018, mas sim de lutar pela derrubada das reformas. A maioria petista reagiu lembrando a bandeira do PSTU do “Fora Todos”, vinculando-o aos parti-

dos que derrubaram Dilma Rousseff.

Os organizadores da Conferência trouxeram como palestrantes a ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo Dilma, Eleonora Menicucci, que, como Dilma, foi vítima da ditadura militar. Eleonora iniciou sua exposição falando sobre a campanha mundial contra a violência sobre a mulher e o significado do 25 de novembro, data escolhida na Conferência de Costa Rica, que aprovou o slogan “nenhuma a menos”. Mostrou que os atos que ocorriam naquele momento no Brasil serviam para visualizar a violência em oposição à sua banalização. Enfatizou as várias formas de violência e que uma das mais intoleráveis é a do estupro. Todos os depoimentos apresentados canalizavam para o objetivo de mostrar que sob os governos petistas muito foi feito no sentido de combater a violência sobre as mulheres, citando a lei do feminicídio. Que Dilma tinha um projeto de desenvolvimento, por isso foi derrubada. Para concluir que Temer colocou tudo abaixo, exem-

O fundamental da Conferência é que esteve sob a política do reformismo petista, que, nesse momento, se expressava na defesa das eleições de 2018, Lula presidente e constituição de uma forte bancada parlamentar de mulheres. Aquelas que se referiram às reformas de Temer não escaparam à defesa eleitoral.

plificando com a PEC 181. Que apesar do golpe é preciso acreditar na democracia, porque não existe democracia sem incluir as pautas femininas e de raça. Não existe democracia sem um parlamento democrático. Que não deram o golpe para ficar apenas dois anos. E que nossa tarefa é trabalhar por eleger um governo democrático em 2018.

É natural que a ex-ministra enfatizasse sua confiança na democracia burguesa, ocultando que por meio dela a burguesia também exerce sua ditadura de classe. Ocultou, também, que as medidas dos governos petistas de defesa da mulher não passaram de um pingão no oceano. A exaltação da democracia e do governo nacional-reformista do PT vieram no sentido de reforçar o objetivo da Conferência, que era o de arremeter as mulheres para os objetivos eleitorais.

Nessa mesma arenga, falou a representante da Secretaria contra o racismo da CNTE e do Movimento Negro Unificado, Iêda Leal Souza. Também iniciou dizendo sobre os 16 dias de “ativismo contra a violência” e da campanha nas escolas “Respeite as minas”. Mostrou um vídeo sobre a marcha de mulheres que ocorreu em Brasília. Denunciou o crescimento dos assassinatos de mulheres negras. Enfatizou o papel do combate ao racismo e o “machismo” nas escolas, que muitas vezes se manifestam nas piadas, nas músicas (exemplificou como “Saudosa Maloca”, “Amélia...”). Finalizou falando que não se pode esperar nada de “um homem idoso” no comando do País. E que precisamos eleger um governo que tenha compromissos com as “demandas” das mulheres e dos negros.

A palestrante do PCdoB iniciou com uma apresentação gráfica, que trazia os significados da violência e suas diferentes formas. Isso para mostrar que a maior violência é a do homem sobre a mulher. Também disse que a violência patrimonial sobre a mulher atinge todas as classes sociais (herança, divisão de bens, etc.). Repetiu sobre o caráter “ilegítimo” do governo golpista e concluiu destacando três desafios: “combater a cultura do machismo e estupro, lutar contra as reformas de Temer e defender a igualdade salarial entre homens e mulheres”.

A representante do MAIS, Paula Nunes, concentrou sua exposição na violência policial. Mostrou dados estarrecedores de matança de mulheres negras. Denunciou o crescente encarceramento de jovens negros e, em particular, de mulheres. Mostrou que é preciso combater as reformas de Temer, que recaem duramente sobre as mulheres pobres. E concluiu que nas eleições de 2018 não é possível aceitar alianças com partidos golpistas.

VI Conferência das Mulheres

Resoluções da Corrente Proletária na Educação/POR

A VI Conferência ocorre sob o governo golpista de Michel Temer. A importância desse fato está em que os explorados têm de responder aos seus brutais ataques. A PEC do Teto e as reformas do ensino médio, trabalhista e da previdência formam um conjunto que recai inteiramente sobre os assalariados e a juventude pobre. Acrescido a isso, nesse governo, retoma-se o ensino religioso e pretende-se impor um retrocesso à limitada legislação do direito ao aborto. É nessas condições gerais que se agrava a opressão sobre a mulher. Cabe a essa Conferência discutir as causas e consequências de tais medidas e aprovar resoluções que impulsionem a luta de todos os trabalhadores. É preciso ainda verificar o quanto a crise econômica, que se arrasta por vários anos, tem atingido a maioria do País e, em particular, as massas femininas. Temos de ter claro que a discriminação das mulheres é parte estrutural da sociedade de classes. As especificidades que expressam a opressão sobre a mulher não devem ser tomadas para obscurecer as raízes da opressão de classe. Ao contrário, ao se revelarem as brutais condições de existência da maioria das mulheres, se evidencia a fonte original das desigualdades, das discriminações e da violência.

I. Responder às reformas e medidas obscurantistas do governo golpista

a) Reforma trabalhista

A Conferência reconhece que a reforma trabalhista atinge todos os explorados. Reconhece também que, em particular, sacrifica ainda mais as mulheres trabalhadoras. Essa relação demonstra que a origem de toda opressão sobre a mulher é de classe. A terceirização, o trabalho intermitente, a jornada parcial e a redução de direitos das gestantes e lactantes aumentarão a exploração da força de trabalho feminina e, conseqüentemente, a pobreza e miséria das famílias. Não se pode esquecer que mais de 40% dos lares dependem exclusivamente dos ganhos da mulher. É claro que a reforma trabalhista não foi feita especificamente contra as mulheres. Mas as atinge em cheio.

I Sobre a questão da opressão sobre a Mulher

Como se vê, a Conferência não teve objetivos claros. 1) foi usada a questão da violência sobre as mulheres para fins eleitorais; 2) elegerem governo “legítimo” que tenha compromissos com as “pautas feministas”; 3) constituir, em todas as esferas, bancadas parlamentares de mulheres; 4) combater a impunidade diante dos estupros e dos assassinatos; 5) implantar campanhas nas escolas de combate ao “machismo” e outras formas homofóbicas; 6) criar nos sindicatos condições para a participação de mulheres (creches até 12 anos, por exemplo); 7) reeditar a cartilha contra o “assédio”.

As intervenções da Corrente Proletária foram no sentido de enfatizar que toda opressão é de classe. Para isso, apresentou um conjunto de resoluções que se chocavam com a política do reformismo petista e das correntes centristas. Publicamos abaixo nossas posições. Como a conferência não era deliberativa, propusemos que a Apeoesp publicasse todas as contribuições. Houve acordo nesse ponto.

Isso por que constituem uma força de trabalho equivalente ou maior que a força de trabalho masculina. Uma de suas consequências será o aumento da precarização e o mascaramento do avanço da informalidade. A maior parte das mulheres já arca com o trabalho precário e informal. As profundas mudanças nas relações trabalhistas respondem às necessidades da burguesia de reduzir o preço da força de trabalho no país. O fato das mulheres carregarem historicamente as discriminações como força de trabalho – no emprego formal e informal, na disparidade salarial e na dupla jornada – faz com que recebam maior impacto da reforma trabalhista.

b) Reforma da previdência

A Conferência reconhece que a reforma da previdência é um duro ataque sobre o conjunto dos trabalhadores. Reconhece também que, em particular, penaliza ainda mais as mulheres. Objetiva reduzir a diferenciação entre homens e mulheres. Aumenta-se a idade para alcançar a aposentadoria e o tempo de contribuição para se obter a aposentadoria integral. Acaba com o sistema de aposentadoria do funcionalismo, rebaixando-o ao escabroso nível do setor privado. Avança a privatização por meio das previdências complementares. A combinação dessa reforma com a trabalhista atinge frontalmente as massas femininas. As mulheres carregam o maior peso da informalidade e da precariedade, que se agravarão com a reforma trabalhista e, portanto, ela comprometerá a aposentadoria de boa parte delas.

c) PEC 181/15

A Conferência reconhece que a PEC 181/15 é mais uma legislação de opressão sobre a mulher. A Emenda Constitucional 181, em tramitação no Congresso Nacional, retrocede a já restrita lei do aborto. Dificulta a autorização para o aborto legal. Coloca a visão particular da religião como obstáculo intransponível ao direito ao aborto. A Conferência entende que os casos em que a lei faculta o aborto legal não correspondem ao

direito ao aborto. Os três casos previstos em lei – gravidez originada de estupro, risco à vida da gestante e anencefalia – são extremamente limitados. A decisão da 1ª turma do Supremo Tribunal Federal, que considera não-crime o aborto durante os primeiros três meses de gestação, independente dos motivos alegados pela gestante, provocou uma reação da bancada parlamentar religiosa. Sob essa influência reacionária, a Comissão Especial da Câmara aprovou a PEC 181. A Conferência não apenas rechaça toda medida contrária ao direito ao aborto, como critica as leis que o limitam. Posiciona-se pelo direito irrestrito da mulher decidir sobre a interrupção da gestação. Para que o direito ao aborto seja efetivo, o Estado deve garantir todos os cuidados médicos e hospitalares à gestante.

d) Imposição do ensino religioso

A Conferência reconhece que o retorno do ensino religioso nas escolas é um retrocesso obscurantista. Em princípio, parece não ter ligação com a questão da opressão sobre a mulher. Basta ver, no entanto, que um dos maiores obstáculos ao direito ao aborto é criado pelas Igrejas. Sem dúvida, a religião é um componente fundamental da discriminação sobre a mulher. Na história de sua opressão, as Igrejas se opuseram ao divórcio, métodos contraceptivos e pregaram a subordinação da mulher à família. A tese de que o lugar da mulher é na família atende aos interesses da classe capitalista e sedimenta a desigualdade entre homens e mulheres. A submissão da mulher às tarefas domésticas nasceu na sociedade de classes e jamais será erradicada nesta mesma sociedade. É sobre essa base material que a religião impõe seus dogmas. O retorno do ensino religioso nas escolas servirá para reafirmar a orientação dogmática sobre a escravização da mulher na família.

Resolução

Considerando a íntima relação entre as reformas e as medidas obscurantistas, a VI Conferência decide:

1. Rechaçar de conjunto as reformas antitrabalhadoras do governo golpista de Temer;
2. Organizar o movimento de resistência à implantação das reformas trabalhista e do ensino médio;
3. Combater pela revogação das reformas aprovadas;
4. Colocar em pé um movimento pela derrubada da reforma da previdência;
5. Retomar mobilização nacional e pela greve geral;
6. Rejeitar o ensino religioso;
7. Defender o direito irrestrito ao aborto, assegurado inteiramente pelo Estado

II. Responder à violência sofrida pela mulher

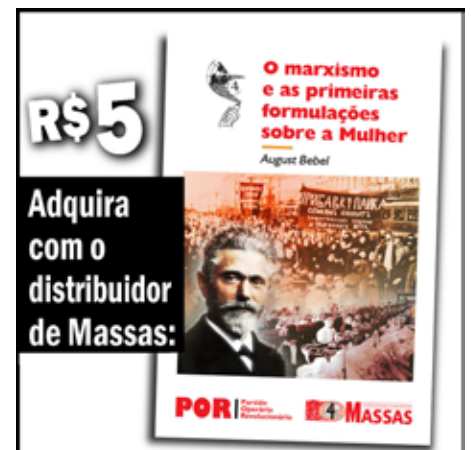
A Conferência reconhece que tem crescido a violência sobre a mulher e que esta é consequência de sua condição social na sociedade de classes. Reconhece a existência de múltiplas formas de violência, não só físicas como mentais. Reconhece, também, que o aumento da violência não se deve à ausência de leis. O quadro de violência tem se mantido e até mesmo se agravado. Os estupros, assassinatos, espancamentos, expulsões de casa, prostituição, ingresso na criminalidade, gestação precoce das adolescentes e cárcere privado constituem o universo da violência sobre as massas femininas, principalmente, sobre as

mais exploradas, pobres e miseráveis. Há uma interdependência entre essas formas de violência, que se distinguem apenas em grau. O que quer dizer que têm a mesma raiz social e os mesmos condicionamentos ideológicos. Está aí por que a Conferência reconhece que nenhuma das formas de violência deve ser tratada isoladamente e independente de suas reais determinações. E que a violência sobre a mulher é parte da violência geral sofrida pelas massas exploradas. A Conferência entende que se deve lutar a cada situação de violência, mas como parte da luta pelo fim da opressão geral sobre a mulher.

Resolução

Tendo por bases essas considerações, a VI Conferência decide:

- a) Responsabilizar o Estado, os governos e a burguesia pela manutenção do quadro de violência e de seu crescimento sobre as mulheres;
- b) Que o combate à violência não se dará com o fortalecimento dos mecanismos policiais e repressivos. Que a tese de que a educação de homens e mulheres pela igualdade permite reduzir progressivamente a violência é idealista e utópica. A educação para igualdade depende das transformações na base material, que reproduz o poder dos homens sobre as mulheres e a desigualdade;
- c) Que as leis mais avançadas de proteção à mulher não são aplicáveis no capitalismo em decomposição. A exigência perante o Estado para que aplique tais leis não pode servir para iludir as mulheres sobre a possibilidade de que venham a ser cumpridas, mas sim para revelar as causas reais da violência. O não cumprimento e a sua denúncia ajudam o movimento de libertação da mulher a superar suas ilusões na possibilidade do Estado e da burguesia solucionarem a violência a que está submetida;
- d) Que a submissão econômica e familiar da mulher ao homem está na base de todo tipo de violência sofrida. Está aí por que o capitalismo não tem como eliminar as fontes da violência. A resposta parte das próprias mulheres e homens explorados. Não se deve contrapor homens e mulheres, mas sim as classes sociais a que pertencem. O ponto de partida para enfrentar a submissão econômica e familiar é o da defesa da integração de todas as mulheres à produção social. E exigir do Estado a criação e manutenção dos restaurantes, lavanderias, creches e outros trabalhos familiares privados, que devem ser coletivizados;
- e) Exigir do Estado que garanta a existência das adolescentes que se engravidam precocemente. A Conferência avalia como estarecedora a informação de que 20% das crianças brasileiras são de mães adolescentes. E que 60% delas não trabalham, nem estudam. Está aí o



Movimentos

retrato de que a opressão sobre a mulher recai pesadamente sobre as famílias mais pobres. As jovens grávidas não têm como fazer o pré-natal, nem sustentar os filhos. As medidas mais elementares que a Conferência assinala são: garantia imediata da saúde da gestante adolescente e da criança; recebimento de um salário que permite mantê-la durante todo o período de licença maternidade; garantia de creche e ingresso da mãe na escola e na produção. Esse é mais um dos motivos pelos quais a Conferência luta pelo reconhecimento da função social da maternidade;

- f) Que a luta pela elevação das condições materiais e culturais das massas exploradas é um passo necessário para avançar o movimento contra a violência sobre a mulher e a violência em geral.

III. Responder ao objetivo histórico de emancipação da mulher

A Conferência parte do princípio de que as manifestações particulares de opressão sofrida pelas mulheres são tão somente manifestações das condições gerais de opressão de classe. É daí que nasce e se reproduz a subordinação da mulher na família, as discriminações e a ideologia reacionária sobre a sua inferioridade. Evidentemente, a subordinação social da mulher ao homem percorre a longa trajetória das sociedades de classes. Nem sempre foi assim. Originariamente, o homem e a mulher constituíam uma força única cooperativa de formação da sociedade humana. A igualdade foi decisiva para os primeiros passos da humanização. A ruptura dessa relação de igualdade se deveu à edificação da sociedade sobre a base da propriedade privada e de um Estado voltado a garantir a escravização do homem pelo homem. Desde então, as mulheres passaram de seres livres e produtivos para escravas da família e do homem. Nas condições de opressão de classe, as mulheres ocuparam o lugar socialmente inferior. O capitalismo como sociedade de classe mais avançada não apenas não aboliu a desigualdade, como a manteve sobre novas formas de dependência econômica, política e ideológica. Na fase imperialista de seu desenvolvimento, o agigantamento da barbárie social atinge duramente as mulheres das camadas mais pobres. A

Rondônia

Campanha reacionária em torno da chamada “ideologia de gênero”

A burguesia de Rondônia, especialmente em Porto Velho e Rolim de Moura, iniciou uma intensa campanha contra os desígnios da própria lei da natureza, na crença que podem assim deter a dialética da história e da natureza, que se interpenetram como explica o marxismo. Numa clara tentativa de combater as posições marxistas e reprimir a vanguarda que tem se colocado contra as campanhas reacionárias da burguesia.

Em Rolim de Moura, armou-se essa campanha tendo à frente o vereador “Delegado Morari”, um delegado de atitudes fascistas, que na Câmara levanta a bandeira da chamada “ideologia de gênero”, proclamada mundialmente pelos cristãos católicos e protestantes e que tem forte apoio do Vaticano. Nas suas campanhas, lançam mão dos dispositivos constitucionais

Sobre a questão da opressão sobre a Mulher

Conferência reconhece que está diante da tarefa de emancipação das mulheres e de igualdade com os homens. Mais do que nunca, o movimento de mulheres está obrigado a lutar para que a classe operária encarne o programa que une as reivindicações mais elementares de defesa da mulher com a tarefa de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista. A Conferência recorre à experiência da Revolução Russa, que acabou de fazer 100 anos. Uma de suas primeiras resoluções foi a de iniciar o processo de erradicação da submissão da mulher à família, ingressando-a em condições de igualdade com os homens na produção social e na edificação da sociedade socialista.

Resolução

Apoiando-se nessas premissas históricas, a VI Conferência decide:

- Que o objetivo estratégico do movimento das mulheres é o de erradicar a desigualdade e emancipar definitivamente a mulher da sua condição de subordinação econômica e social;
- Que o movimento das mulheres não se contrapõe aos homens em geral, mas à classe burguesa e seus aparatos de dominação;
- Que a violência sobre a mulher é parte da violência geral que recai sobre a maioria oprimida;
- Que a luta pelas reivindicações mais elementares de defesa da mulher está contraposta à exploração do trabalho e se choca com o Estado burguês;
- Que a luta em defesa da mulher no parlamento deve estar subordinada ao programa de emancipação das mulheres e aos métodos da luta de classes;
- Que os movimentos feministas de classe média para avançar em suas reivindicações devem se colocar sob a direção da política do proletariado, cujo programa é o da emancipação geral de todos os explorados e oprimidos;
- Que a luta das mulheres operárias, camponesas e de classe média arruinada fortaleça o combate geral pelo fim do capitalismo, constituindo um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado contra a minoria opressora.

e do obscurantismo religioso. Para fortalecer esta campanha, se ancoram na posição do Vaticano através Pontifícia Universidade Santo Tomás de Aquino, em Roma, que organizou, no último dia 30 de setembro, a discussão “Ideologia de gênero: uma revolução antropológica”. Neste debate, os palestrantes desta “reação” dizem que: “a ideologia de gênero está para a esquerda de hoje como o marxismo esteve para a esquerda de ontem”. Eles se mostram convencidos de que já eliminaram a luta apoiada na orientação marxista e atacam as lutas contra os preconceitos e discriminações desfechadas contra as mulheres, negros e homossexuais.

As manifestações reacionárias, em Rolim de Moura, têm se dado de múltiplas formas, principalmente depois da chegada

do referido vereador na cidade. Iniciou com audiências públicas no interior da Câmara. E também por meio de investidas individuais, a exemplo da tentativa de vetar a abertura de um Curso de Especialização Lato Sensu em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no Campus da Unir, em Rolim de Moura, coordenado pela professora Adriane Pesovento, da qual o vereador pede retratação por meio em documento oficial da Câmara Municipal, endereçado a diretoria do Campus.

No dia 25 de novembro, aconteceu uma caminhada contra “Ideologia de Gênero” na cidade. Reuniu centenas de pessoas de diversas famílias e o referido vereador. A insanidade deste parlamentar é tamanha que acredita estar acima de qualquer organização de luta e impedir todo tipo de manifestação das massas e da juventude. Na última palestra, organizada pela representante da organização nacional dos estudantes de pedagogia, no Campus de Rolim de Moura, o parlamentar fas-

cista compareceu sem ter sido convidado e tentou vetar uma palestra-debate contra a “militarização das escolas e escola sem partido”. Manifestou-se esbravejando contra o conteúdo do debate, tentando impor sua posição de ultra-direita, ame-drontando a juventude estudantil e exigindo que interrompessem os debates que denunciavam a violência reacionária da burguesia.

A militância da Corrente Proletária da Educação interveio e mostrou que a violência reacionária se manifesta pela barbárie estabelecida no mundo inteiro contra os trabalhadores e a juventude oprimida. E que a nossa tarefa é de combater a violência reacionária da burguesia com o programa e os métodos próprios da classe operária. Chamou atenção que tem crescido, não só em Rondônia, mas também em outros estados, essas tendências fascitizantes. O que mostra a importância da luta unitária e coletiva dos explorados.

Publicamos a resposta do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, seção do Comitê de Enlace, sobre a ofensiva obscurantista das Igrejas contra o direito ao aborto

Comunicado Público

Lamentável retrocesso no Pacto Pela Pazeñidad

Organizações sociais, cujos direitos fundamentais estão sendo atacados com as modificações do Código Penal e outras medidas antipopulares do Governo do MAS, conformaram o *Pacto pela Pazeñidad*. Fazem parte desta frente a Federação dos Professores de La Paz, a Caixa Nacional de Saúde, o Colégio Médico, os *gremiais* (organização de autônomos, pequenos comerciantes, etc.) e o Comitê de Defesa de La Paz (CODELPA). No momento, ocorre a luta contra a penalização da profissão, como é o caso dos médicos, mobilizados na greve por tempo indeterminado; a marcha contra a lei de tributação, como é o caso dos *gremiais*; a resistência do magistério à Lei 070 da educação, etc.

O movimento cometeu o lamentável erro de incorporar em sua luta a denominada Plataforma pela Vida e Família, uma organização eclesial que defende posições retrógradas, como a bandeira de manutenção da CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO, sob o pretexto de “defesa da vida”.

Que a mulher decida sobre o seu próprio corpo e não esteja condenada a ser escrava de sua condição natural de mãe em caso de uma gravidez não desejada é o mínimo que se deve exigir. No movimento, não cabem posições retrógradas, como a dos sacerdotes, cristãos, evangélicos e demais hipócritas, que, em nome da “defesa da vida” e luta contra a criminalização dos movimentos sociais, pretendem impor a sua mentalidade medieval e misturá-las com as reivindicações dos setores sociais.

O Partido Operário Revolucionário reivindica, como parte da luta revolucionária, o direito ao aborto livre, seguro e em condições sanitárias adequadas, e garantido pelo Estado. O aborto, em nosso país, é clandestino. É a evidência mais sinistra da situação de opressão da mulher, uma vez

que a sua criminalização e a “despenalização restrita”, como defende a proposta Masista, não impedem que milhares de mulheres, que decidem abortar, o façam arriscando a sua vida, na grande maioria dos casos por razões econômicas.

Não se pode condenar o aborto com argumentos moralistas, mas sim falar das condições sobre as quais se deve decidir: a falta de emprego para as mulheres e também para os homens, a ausência de políticas públicas na educação sobre sexualidade como responsabilidade do Estado, a posição contra os métodos contraceptivos das diferentes correntes religiosas obscurantistas, os altos índices de violência sobre a mulher e as crianças, etc., todas expressões de um sistema em franca decadência, que nega o direito da mulher a decidir livremente sobre quando e quantos filhos ter, sem que se garantam condições econômicas mínimas para a criação dos filhos.

A luta pelo direito da mulher de decidir sobre ser mãe ou não está ligada à luta pela sua emancipação real, não somente legal, e que em última instância passa por levantar o punho de maneira conjunta com os homens até que se acabe com a fonte da opressão.

Somente no marco da nova sociedade socialista, a mulher poderá desfrutar do privilégio de ser mãe sem que isso signifique um calvário, porque o Estado Operário garantirá as condições materiais necessárias para a educação e criação das crianças.

O P.O.R. rechaça energeticamente que estas correntes religiosas pretendam utilizar a luta dos explorados para os seus propósitos retrógrados e repudiamos o “Pacto De Unidade” com elas.

Comitê Central do P.O.R.

A 14ª Marcha da Consciência Negra em SP esteve sob a política do reformismo

Aconteceu, no dia 20 de novembro, a 14ª Marcha da Consciência Negra, em São Paulo. O ato iniciou com concentração no vão do Masp e se dirigiu em passeata até a região do Teatro Municipal. A conjuntura estava marcada pelo brutal avanço da burguesia e do Congresso Nacional sobre os assalariados, dentre os quais a maioria é negra, com a imposição da Reforma Trabalhista. Cabia à manifestação se colocar pelo fim do racismo e de todo tipo de discriminação, pelo fim da violência policial, dos assassinatos e das chacinas. Mas não com qualquer política, não se submetendo às saídas eleitoreiras, não se alinhando com o reformismo impotente. Sua tarefa era apontar o enfrentamento com a burguesia, com independência de classe e com o método da ação direta.

É necessário reconhecer a importância da realização da Marcha. Houve uma série de dificuldades impostas à sua organização, como os atritos com a Guarda Civil Metropolitana e a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), além da chuva. No entanto, é preciso reconhecer também que o tom festivo e culturalista prejudicou a Marcha. Não faltaram outros desvios, como o chamado eleitoral, mais ou menos disfarçado. A questão é que esses problemas têm origem nas profundas ilusões democráticas que recaem sobre o movimento negro no Brasil. São limitações que estão presentes há tempos e têm a ver com a orientação dada por suas direções, quase sempre reformistas ou centristas.

O manifesto distribuído pelo POR durante a Marcha já alertava para esses riscos e apontava uma crítica: “a ideia de se ‘criar as bases da igualdade’ independente da economia e da exploração do trabalho não se sustenta. É utópica e reacionária. Desarma o proletariado para enfrentar todas as manifestações da opressão

social”. Trata-se de uma política talhada para a disputa eleitoral, no campo da democracia burguesa. Não se estabelece como programa de enfrentamento às bases da opressão sofrida pelas massas negras. Não se afirma como política de classe contra classe, como combate anticapitalista.

O teor do manifesto do POR está condensado nessa consideração: não há saída para o problema da opressão racial sob o capitalismo. Por outro lado, tampouco é possível ao movimento operário descuidar do problema racial. Essa interdependência é evidente e está determinada pela conformação da estrutura econômica e das classes sociais no Brasil. A maioria da população assalariada é negra. Esse fato possui suas raízes no passado escravista. O problema persiste, portanto, como reflexo da estrutura capitalista atrasada do país. Constitui uma tarefa democrática pendente, que só poderá ser solucionada pela revolução proletária. A burguesia não pode e não possui o menor interesse em resolver essa chaga.

Daí a necessidade de unir os trabalhadores negros e brancos em uma só força contra a exploração capitalista. Essa luta deve começar pelas reivindicações imediatas, que correspondem às necessidades mais sentidas das massas. É preciso pôr abaixo as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista; defender os empregos, salários e direitos; retomar a greve geral; lutar sob a bandeira de trabalho igual, salário igual, nenhuma discriminação entre negros e brancos; entre outras. É imperativo, porém, que se faça a ligação dessas reivindicações com as bandeiras mais gerais, de transformação da sociedade: o programa e a estratégia da revolução proletária, por um governo operário e camponês e pelo socialismo.

Paraná:

Depois da Universidade de Maringá, agora Londrina coloca a polícia militar no campus

Estudantes, professores e funcionários da UEL também terão de enfrentar a presença da Polícia Militar no campus, por iniciativa da reitoria. Da mesma forma que meses atrás fez o reitor da Universidade de Maringá, agora a reitoria da UEL informou ao Conselho de Administração que os PMs farão rondas ostensivas para coibir a “criminalidade”.

Na ocasião em que se fez este anúncio, um capitão da PM deu uma lição aos doutores do Conselho de Administração, explicando que “a violência se combate com violência”. Algumas destas “altas autoridades acadêmicas” queriam que os PMs fizessem as rondas nos corredores (por que não nas salas de aulas e banheiros...?) mas, o policial explicou que “não podia”. Quer dizer, só não fazem porque não querem.

É claro que a finalidade da presença da PM no campus não é a de combater a “criminalidade”, mas intimidar os movimentos de organização da comunidade universitária, na mesma linha em que vem tentando fazer o MBL e outros grupos fascistas da cidade. A suposta “criminalidade” dentro do campus,

utilizada como pretexto, se limita a um ou outro assalto, em proporções bem menores do que ocorre no restante da cidade, mas, serve de pretexto a elementos da direita que vêm ganhando expressão na administração da universidade.

A reitoria já havia mostrado durante a greve dos estudantes que não tem escrúpulos em utilizar todos os recursos do Estado para reprimir os movimentos, quando usou o “interdito proibitório”, tratando estudantes como se fossem um corpo estranho à universidade. Agora, avança ainda mais na sua postura repressiva. A ideologia subjacente à presença da polícia no campus é de que é preciso combater o “inimigo” pela via da violência e o inimigo, neste caso, são os que estudam e trabalham na universidade, organizados nos seus movimentos, principalmente os estudantes.

Denunciamos esta violência e chamamos todos os centros acadêmicos e todos os estudantes a se manifestar em defesa da autonomia universitária.

FORA A PM DO CAMPUS!

Pernambuco

Conciliação, fragmentação e a resposta à repressão política na UFPE

No dia 01 de novembro, o Conselho de Administração da UFPE decidiu punir cinco dos seis estudantes processados por ocuparem um dos centros de estudos da UFPE, o Centro de Artes e Comunicação (CAC). Quinze dias depois, o dirigente nacional do MST e internacional da Via Campesina, Jaime Amorim escreveu uma carta ao reitor Anísio Brasileiro. Sua filha, militante do Levante Popular da Juventude, é uma das estudantes punidas. A carta revela a política de conciliação de classes que guiou a ação do Levante Popular da Juventude neste processo, um dos fatores importantes para entendermos por que estamos sendo derrotados sem combate.

Os caminhos da conciliação

Jaime Amorim começa sua carta afirmando que o MST e levante fizeram campanha para Anísio, candidato vinculado ao PT, afirmando acreditar na “proposta apresentada”, caracterizada por “ideias progressistas”. Relata que tentou marcar reuniões com a reitoria, mas não foi recebido. Já alivia para a reitoria ao dizer que “Talvez, o conjunto da pauta construído em conjunto, como programa de campanha, poderia não ser viável na atual correlação de forças”, mencionando o período pós-golpe.

Ao mencionar a punição de cinco estudantes, o dirigente do MST denuncia que o reitor descumpriu um acordo feito por meio de um assessor. Queixa-se: “Sentimos-nos traídos politicamente, pois, agora temos que responder à base do MST e aos estudantes e organizações políticas e sindicais, que seguiram o acordo, desrespeitado e traído. Como justificar para a sociedade, o povo, que não podemos nos manifestar em defesa daquilo que acreditamos?”.

Mais do que a queixa, segue-se uma confissão de uma verdadeira traição ao movimento: “No acordo, que imagino seja de vosso conhecimento, **acertamos conjuntamente, a pedido de vossa diretoria para desmobilizar a convocação que os movimentos estudantis e o MST estavam realizando para se solidarizar com os estudantes, que estavam sendo punidos por lutar e defender uma universidade mais forte e contra as reformas golpistas**, que atingem sobretudo a educação Brasileira que está sofrendo com esses retrocessos, e ao mesmo tempo protestar contra a atitude da comissão que determina a expulsão dos estudantes.” (sic)

E, completa: “O acordo construído em 03 pontos básicos, versa sobre a desmobilização massiva com a ocupação da reitoria, realizando luta contra a violência, para não atrair os conservadores e os coxilhas e não polarizar a questão, não judicializar o processo e permitir tramitar administrativamente, em contrapartida, a reitoria chamaria para se a responsabilidade final de arquivamento do processo” (sic). Este trecho explica por que o movimento, dirigido por esta política, estava adotando uma tática de “avestruz”, empurrando o processo com a barriga, sem mobilizar a comunidade em defesa dos processados. Em vez da organização independente em relação à burocracia universitária, o movimento confiou no pretense acordo com o reitor e deixou o trâmite administrativo seguir sem sobressaltos. Deixando, justamente, as mãos da burocracia livres para acusar sem provas estudantes que se destacaram nas lutas de 2016, em especial na ocupação do CAC, de roubo e danos ao patrimônio público.

A conclusão do parágrafo é melancólica: “Nós cumprimos a nossa parte e no final, os que lutaram foram administrativamente punidos”. E, de repente, o missivista analisa que “a punição aos estudantes, é uma tentativa da reitoria de punir e mandar recado para estudantes, movimentos estudantis e movimentos sociais. Que em tempos de golpe, quem lutar vai ser punido, tratando como inimigo e punindo exemplarmente”. (sic) Exatamente isso, Jaime! E a reitoria já havia deixado isso claro em outras tentativas de criminalização do movimento, em sua aliança com Mendonça Filho, ministro golpista da Educação. Qual é o espanto?

Depois de fazer breve menção elogiosa à política educacional dos governos do PT, Jaime Amorim faz seu apelo: “Caro reitor, pela sua história e compromissos assumidos, solicitamos que reveja a punição administrativa aos estudantes. Jovens não podem ser punidos por lutarem, merecem todo o respeito e admiração de nossa parte e nosso compromisso de lutar, politicamente, administrativamente e juridicamente, contra esta punição”.

Tal carta surpreende pela franqueza, mas não pelo conteúdo. O MST e Levante Popular da Juventude se guiam pela política de conciliação de classes. Acompanham a orientação estratégica do PT e sua mistura com a política burguesa e seus partidos. Basta lembrar que, há um ano, nas eleições municipais, o MST de Pernambuco

O MST e Levante Popular da Juventude se guiam pela política de conciliação de classes. Acompanham a orientação estratégica do PT e sua mistura com a política burguesa e seus partidos.

apoiou Raquel Lyra, do PSDB, no segundo turno, em Caruaru. Jaime carregou no peito o adesivo dos tucanos. Sempre com um pretexto pragmático e o abandono de qualquer princípio, justamente no momento em que diziam combater o golpe contra Dilma.

Ao ser questionada sobre o acordo do MST, Levante e reitoria, a militante do Levante afirmou ser referente a um ato contra a direita, que organizou a exibição de um filme de Olavo de Carvalho e estava organizando um ato de descomemoração da Revolução Russa. Mas as datas não fecham e o desmentido não cola. A carta é clara em se referir a um acordo de desmobilização dos atos de solidariedade. Talvez isto explique por que o ato de 19 de outubro foi desmarcado na hora, sem nenhum comunicado.

Conciliação e fragmentação

A princípio, foram seis estudantes processados por causa da ocupação do CAC. Um deles, porém, militante do MAIS, adotou outra defesa jurídica. Em fevereiro, quando a reitoria instalou a comissão encarregada de promover a perseguição política, esta defesa também lançou uma carta em 13 de fevereiro, em que dizia:

“Nos recusamos a reconhecer a legitimidade desta Comissão para nos julgar: vocês são apenas o braço de um Governo Ilegal, Illegítimo e detestado pela imensa maioria dos Brasileiros, que intenta nos calar instalando um Estado de Exceção. Responderemos pelos nossos atos perante os Juízes do Brasil, expressão legal e legítima do Poder Judiciário” (sic). Corretamente, denunciam a comissão e reitoria como braço do governo federal. Porém, embelezam o judi-

ciário, um dos sustentáculos do golpe e parte do Estado burguês.

Mais do que isso, se colocam como defensores da “Luta pela Liberdade no seio do Estado Brasileiro”, da “República” e da “Constituição”. Esbravejando: “Vocês não nos calarão, porque nossa luta é justa, e porque a lata de lixo da História é o destino de gente que luta contra a Democracia, a Constituição e a República”. Oculta-se assim que a o ordenamento jurídico existente tem como objetivo a manutenção da dominação de classe da burguesia. Em um momento em que a democracia burguesa no Brasil mostra seu caráter oligárquico e apodrecido, em vez de ajudar os estudantes a fazerem a experiência o Estado, reforçam as ilusões democráticas.

Ao ser questionado, o militante justificou que esta forma de se referir ao judiciário era boa, pois, assim, este poderia pender para seu lado. Por conta destas relações, este militante, individualmente, conseguiu uma liminar para suspender seu processo. A divulgação de uma nota existia no site Esquerda Online, com o título: “UFPE perde batalha judicial em processo contra expulsão de dirigentes do Movimento Estudantil e professores entregam relatório”, em 15 de outubro, disseminou uma ideia de que a causa estava ganha.

Ou seja, de um lado, o MST e Levante conciliaram com a reitoria e, de outro, o MAIS embelezou a justiça burguesa e confiou nas relações de sua defesa com o judiciário pernambucano.

Do ponto de vista individual, uma tática foi vitoriosa e outra levou a uma derrota. Porém, do ponto de vista coletivo, ambas deixam o movimento em um beco sem saída. Tentando limpar a

Rio Grande do Norte

Polícia Militar invade UFRN

No dia 14/11, a Polícia Militar, sendo acionada pela Polícia Federal, invadiu o Campus para proteger a exibição do filme biográfico do Olavo de Carvalho, a pedido do “Instituto Felipe Camarão”, sob a justificativa de que, em outras universidades, houve confrontos com manifestantes de organizações de esquerda.

Diante do ocorrido, a reitoria lançou uma nota dizendo que “a comunidade universitária foi surpreendida com a presença indevida e não autorizada da Polícia Militar no Campus Universitário da UFRN” e que “a reitoria, única autoridade legítima e competente para solicitar a intervenção de força policial para salvaguardar a segurança da comunidade universitária, julgadas a pertinência e a excepcionalidade da situação, sequer foi consultada ou comunicada” e, por isso, “A autonomia universitária foi frontalmente ferida e aviltada”.

Diante disso, podemos interpretar que, para a reitoria, caso esta tivesse autorizado a entrada da polícia para proteger os reacionários nacional-patrióticos nessa situação “excepcional”, então estaria “legitimada” a ação policial e, portanto, não mais estaria sendo “ferida” a autonomia universitária. Tal posicionamento só demonstra o papel da burocracia universitária de correia de transmissão da política repressora do Estado burguês e, portanto, de transgressora da autonomia universitária. Não se pode esquecer que a mesma reitoria, que hoje está supostamente defendendo a

Nota sobre a invasão da PM no Campus

No dia 14/11, nós, estudantes e trabalhadores da UFRN, fomos surpreendidos com uma invasão da Polícia Militar no Campus, que foi acionada pela Polícia Federal atendendo à solicitação de uma organização reacionária nacional-patriótica, a fim de “ga-

barra, o MST, Levante e juventude da Frente Brasil Popular organizaram um ato no dia 24 de novembro, com cerca de 300 participantes, em que ocuparam a reitoria por uma hora até conquistar uma reunião com a vice-reitora e o agendamento de uma reunião com o reitor no dia 06 de dezembro.

O problema da falta de centralização da luta

As dificuldades em erguer a luta contra as punições revela outros problemas políticos e organizativos que o movimento estudantil enfrenta. Já são oito anos com o DCE fechado. Mesmo durante as ocupações, era muito difícil centralizar as lutas. O surgimento do Comando Unificado de Mobilização tentava suprir esta lacuna, até mesmo se convocou uma assembleia geral universitária, mas prevaleceu o enquistamento de cada um em seu centro ocupado, sua categoria, seu coletivo e sua corrente.

Tentamos manter o comando em atividade, sabendo que seria necessário somar forças contra a repressão, que inevitavelmente viria. Mas este espaço foi abandonado. A atividade sobre a criminalização das lutas nem mesmo ocorreu. Se a política do Levante predominou é por que não se ergueu outra direção. Construir esta direção é uma necessidade para trilhar uma via de independência perante a burocracia universitária e o Estado burguês. Isto se faz ainda mais necessário diante dos processos ainda em curso contra os ocupantes do CFCH e contra participantes de uma reunião ocorrida na reitoria no fim da ocupação, em que uma estudante foi agredida por um professor.

autonomia universitária, já acionou a Polícia Federal para expulsar os ambulantes do Campus e para reprimir estudantes lutadores que passaram a responder processos na justiça federal. Fora isso, implementa os cortes de gastos e a política privatizante no seio da universidade.

A situação se agrava quando, segundo a própria reitoria, o Instituto Felipe Camarão tem se utilizado das ações de extensão para financiar seus eventos na universidade, por meio de professores que servem de canal entre essa organização e as verbas de extensão, além de se utilizar de facilidades como a entrega de certificados aos estudantes que participarem. Sabe-se que, no próximo dia 7 de dezembro, o MBL e esse Instituto realizarão um debate com a psicóloga Marisa Lobo, defensora da “cura gay” e do movimento “Escola sem Partido”, e que tal evento já foi aprovado como projeto de extensão com um custo de 3 mil reais. Portanto, sob o manto da burocracia universitária, tais organizações encontram uma cobertura para realizar sua propaganda fascizante.

A invasão policial mostra também o papel que exerce o Estado burguês, que põe as forças policiais para dar proteção a essas organizações.

Segue abaixo uma nota da Corrente Proletária na Educação se posicionando sobre a ação policial.

rantir a segurança” da exibição de um filme biográfico do Olavo de Carvalho, na BCZM.

Essa invasão da PM no Campus, independentemente de ter sido ou não autorizada pela reitoria, se configura como um atenta-

do ao princípio da autonomia universitária, que pressupõe total liberdade de pensamento e de investigação científica, o que implica nenhuma interferência do Estado burguês, incluindo o seu braço armado policial, no âmbito da Universidade. Além disso, está em consonância com a tendência de centralização burocrático-ditatorial do Estado sob a ditadura civil de Temer

Essa atitude prepotente por parte da Polícia Federal e a Militar é também uma forma de ganhar terreno na constante campanha por parte dos governos federal e estaduais de tolher de vez qualquer resquício de autonomia universitária que ainda exista nas universidades, campanha esta que tem como objetivo, no fim das contas, ter os meios repressivos para impor o corte de gastos e a privatização da universidade, e, assim, continuar pa-

gando os juros da dívida pública. Para isso, têm se utilizado, inclusive, de processos judiciais contra estudantes lutadores.

A Corrente Proletária (CPE/POR) rechaça qualquer intervenção policial no âmbito da universidade, e faz um chamado à comunidade universitária a se colocar atenta e de prontidão a defender a autonomia universitária e seu caráter público e gratuito contra qualquer investida do governo golpista e ditatorial de Temer e seu braço armado, a partir dos métodos próprios da classe operária (greves, ocupações, manifestações, etc).

Nada de polícia no Campus!

Fim de todos os processos judiciais sobre os estudantes lutadores!

Em defesa da autonomia universitária!

Litoral Norte

ATO ANTIFASCISTA CONTRA EDUARDO BOLSONARO

A cidade de Ubatuba recebeu, no dia 24/12/17, na Câmara Municipal, o filho de Jair Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro e seus lacaios. O evento foi articulado por um grupo de extrema direita do Vale do Paraíba. Com ares de solenidade, a população da cidade foi convidada a aclamar o projeto fascista da família Bolsonaro. Mas, apesar da cidade abarcar uma população bastante “devota” do obscurantismo religioso evangélico, conta com comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, movimentos feministas e de mães (em sua maioria negras) e o movimento LGBT que, abertamente, são atacados nos eventos desta ala da direita. Estes movimentos contra opressões, junto com o Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte, compareceram com gritos de ordem e cartazes de protesto contra essa direita, que abertamente discrimina e incita o ódio à população oprimida.

Com duas horas atraso, adentraram à plenária da Câmara Municipal o deputado convidado, paramentado por um policial reformado, pelo médico vereador do PSC de Ubatuba, Ricardo Gomes, que completa o seu quarto mandato, e duas lideranças do movimento de direita. A figura icônica do movimento direitista foi Leticia Soares, de São José dos Campos, que não hesitou em cumprimentar a todos com um sinal de continência. Em meio a vaias, apitos e gritos de fora fascistas, tentaram dar início a exposição da propaganda política sobre os projetos de escola sem partido, militarização escolar, segurança pública e porte de armas, privatizações e reformas. Inviabilizado o discurso, o ato político dos manifestantes tomou corpo, impedia a pequena-burguesia comerciante e da construção civil da cidade, a juventude “bolso-mito” e famílias evangélicas de “apreciarem” as posições políticas desta ala que oculta sua face fascista.

Depois de permanecerem por mais de uma hora impedindo os discursos dos falsificadores de darem seu recado, alguns manifestantes se questionavam se o melhor era fazer silêncio e tentar fazer uso da fala. Entre os manifestantes, havia a ideia de “democratização” por parte de uma minoria, que dizia que o melhor a fazer era dialogar. Os integrantes do Fórum dos Sindicatos conseguiram apontar que não havia espaço para falas do movimento antifascista no espaço onde o grupo fascista tentava apregoar seu discurso de opressão, privatizações e militarização das instituições do Estado, e apontaram um caráter classista ao movimento. O grupo avaliou que deveriam então tentar garantir

um tempo de fala para que cada manifestante à frente do seu seguimento pudesse falar, dividindo o tempo, ao invés de expor um único manifestante. Sobre essa possibilidade, não houve retorno; assim, o grupo seguiu mostrando sua indignação diante do discurso falsificador.

No final do evento, quando a plenária já se encontrava bastante esvaziada, os manifestantes coletivamente se retiraram da Câmara Municipal, permaneceram das 19 horas até por volta das 22 horas mobilizados na mesma, inviabilizando a atividade fascista. Reunidos do lado de fora fizeram um balanço do ato político. Este foi avaliado como positivo, que havia atingido seu objetivo. Apesar da análise, o movimento percebeu a ausência de uma atividade mais organizada; mesmo tendo representantes defensores dos povos tradicionais da cidade e região, os próprios não estavam presentes. Foi encaminhada durante o balanço a necessidade de organização de uma frente antifascista e de uma atividade no dia 05/12, aproveitando o chamado das centrais sindicais para a greve nacional contra a Reforma da Previdência. A falta do partido político revolucionário nos movimentos contra as opressões é um complicador para a criação efetiva da frente antifascista. A ideia pequeno-burguesa de que pode haver “diálogo” com essa ala fascista ilude uma parcela. A líder transexual do movimento LGBT, filiada ao PSOL, expressou essa posição durante o balanço, acreditando que não seria hostilizada diante de um grupo que defende a “cura gay”. Por expressar bandeiras em separado de conteúdo reformista e centrista, sem conseguir erguer o programa de defesa dos explorados e da revolução proletária, os partidos presentes, PSOL e MAIS, e os movimentos têm dificuldade de unificar as reivindicações mais sentidas que elevem o grupo à formação de uma frente; porém, nitidamente, o chamado antifascista foi acertado na caracterização do ato, que conseguiu unificar o grupo na ação de interromper o evento desta corja direitista e mostrar que uma parcela dos municípios de Ubatuba-SP e região rechaçam esse projeto e estiverem presentes no dia 24/11, demonstrando essa posição. A Corrente Proletária na Educação/POR atuou defendendo a unidade do movimento, defendendo uma frente única antifascista na região, inserindo as bandeiras de abaixo as reformas trabalhista e da previdência e ligando às opressões sobre os negros, mulheres, homossexuais, etc. com a sociedade de classes e a exploração capitalista.

Rio Grande do Norte

Todo apoio à luta dos explorados da UERN e Saúde

O governo Robinson Farias (PSD/PCdoB) é dos ricos e poderosos empresários capitalistas. Por isso, descarrega a crise do sistema sobre os explorados em geral, e o funcionalismo público, em particular. De acordo com pesquisas oficiais, governos brasileiros gastam duas vezes mais em subsídios para o capital do que com programas sociais. Só isso já seria suficiente para demonstrar o favorecimento da burguesia em detrimento da vida dos assalariados.

Diante da greve do funcionalismo da saúde e docentes da UERN, o governo responde com bomba de efeito moral e spray de pimenta, demonstrando de que lado está. O governo esvaziou a cidade de policiais e concentrou-os no Centro Administrativo para a repressão aos que trabalham. Afirma que não tem dinheiro, em virtude da crise capitalista, para pagar os salários dos servidores. Porém, é indiferente aos juízes, que vão receber 41 milhões em auxílio-moradia. Só essa quantia seria suficiente para pagar a folha de todos os servidores da UERN, e não só os docentes, duas vezes. Robinson Farias é o governo de proteção dos lucros dos capitalistas e da desgraça das famílias que vivem de salário.

Os juízes recebem quantias milionárias para garantir o ma-

nejo da Lei em prol dos capitalistas. O juiz Bruno Lacerda recebeu quase 140 mil em auxílio moradia para poder proferir a desocupação de quem está sem salário para sua sobrevivência. A ação truculenta da polícia é responsabilidade dos poderes judiciário e executivo do estado do RN. Ambos os poderes pertencem aos ricos e poderosos capitalistas e deles os assalariados não devem esperar nada.

A forma de derrotar o governo do PSD/PCdoB é a ação direta radical. Bloqueios, ocupações, piquetes, etc. são os métodos de luta capazes de vencer a truculência e intransigência do governo. Somente com a luta determinada é possível ter uma chance de vencer o governo. Do contrário, qualquer ilusão ou desvio para a pressão parlamentar conduzirá o movimento à derrota.

Porém, a luta isolada de duas categorias do funcionalismo público ou mesmo somente dos servidores públicos do estado não poderá derrotar a unidade capitalista contra os assalariados. É preciso a greve geral por tempo indeterminado. É preciso uma luta unida dos explorados, principalmente com a participação da classe operária, ou seja, dos explorados diretamente ligados à produção capitalista, para conquistar as reivindicações.

Rio Grande do Norte

Lições da greve: docentes da UERN

No dia 10 de novembro, iniciou-se a greve dos docentes da UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte). A tentativa era, primeiro, tornar a greve geral nacional como um marco da greve por tempo indeterminado. Segundo, como parte da greve geral do funcionalismo estadual. Esse último, porque na reunião anterior do Fórum dos Servidores Estaduais, de acordo com a direção da Aduern, ficou acordado as direções defenderem o dia 10 como início da greve do funcionalismo. Mas, somente os docentes da UERN e os servidores da saúde entraram em greve.

Essa greve dos docentes da UERN traz muitas lições para a categoria.

Primeiro, apesar do dia 10 de novembro ser o período de nosso recesso, não havia como a categoria se negar a se somar à greve do funcionalismo estadual. A categoria foi ganha para o entendimento de que a greve deveria ser do funcionalismo estadual. Portanto, na iminência de outras categorias entrarem em greve, os docentes da UERN, que tanto defenderam a greve geral do funcionalismo estadual, não poderiam se furtar a decidir pela greve. Assim, o recesso e a promessa das outras direções permitiram a aprovação da greve na assembleia de base da categoria com a mais ampla maioria.

Segundo, a determinação da categoria. Além de estar firme em realizar uma greve de ações diretas para conquistar suas reivindicações, não confiava nas direções do Fórum. Nesse sentido, escolheram-se, entre a base e a direção, comissões para ir até as assembleias de base das outras categorias defender a unidade do funcionalismo estadual em greve.

A categoria tem participado ativamente da greve. Ao contrá-

rio do que as direções anteriores da Aduern afirmavam, principalmente as petistas em conluio com os estalinistas, a categoria demonstrou vontade para impulsionar ações radicais. Dizer que os docentes da UERN não tinham perfil para atividades radicais demonstrou-se um mito. Na reunião do comando de greve, a direção, juntamente com os outros colegas de base, rejeitou-se a proposta da Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) de fechar as entradas da Governadoria. A proposta de acampamento contrastava com a disposição de luta radical da categoria. O acampamento era uma atividade passiva. Mas para não romper a unidade com as outras categorias em manifestação já marcada, fechar as entradas da governadoria e trancafiar o governo seria uma atitude capaz de pressionar pelas reivindicações.

A terceira lição. A categoria respondeu em peso no ato no Centro Administrativo, local onde fica a sede do governo (Governadoria). Em face das outras categorias não terem participado, pois não decretaram a greve, em reunião de direções (saúde e Aduern) decidiram fechar as entradas da Governadoria. Foram dez dias de acampamento fechando duas das três entradas da sede do governo. A votação contrária no comando e a decisão posterior em reunião somente das direções sindicais não permitiu organizar melhor a forma de se cercar a Governadoria, enfraquecendo a proposta, ao deixar uma das entradas abertas.

O acampamento é uma atividade passiva. Acampar em frente à Governadoria não pressiona o governo. O acampamento ganhou projeção de uma atividade ativa de greve, quando decidiu fechar as entradas da Governadoria. Mas, decidido sem muito planejamento, a proposta do cerco a Governadoria foi enfraqueci-

da, ao deixar sempre pelo menos uma das três entradas abertas.

O movimento de cerco parcial à sede do Governo conseguiu arrancar uma audiência. A audiência foi uma conquista do movimento. Mas não foi suficiente para conquistar as reivindicações. Com a negativa do governo em atender ao pagamento dos salários, na reunião das direções (saúde e UERN), decidiu-se ocupar a Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), localizada ao lado da Governadoria, no Centro Administrativo.

Quarta lição. A ocupação foi bem aceita pelas bases. E, por isso, constituiu um acerto. Mas, o acampamento consumiu forças e já estava demonstrando dificuldades de manutenção. Mais uma vez, em reunião pelas direções sindicais, não se avaliou bem as forças que se tinham. A ocupação da SEPLAN demonstrava grandes fragilidades: de três andares do prédio, apenas um estava ocupado; assim que se ocupou, deixou-se a polícia circular na área ocupada e estabelecer-se nos andares de cima e abaixo do prédio, portanto, cercou os ocupantes das categorias. A polícia circulava no andar ocupado até mesmo quando os ocupantes estavam dormindo. Somente depois foi proibida de circular na área ocupada. Mas já se encontrava nos andares de cima e térreo do prédio.

A quantidade de pessoas das duas categorias não permitiu fechar todo o prédio da SEPLAN. A ocupação parcial do prédio fragilizava o método de ação direta.

O governo do PSD e PCdoB exigiu a imediata reintegração de posse. No terceiro dia de ocupação, a tropa de choque realizou a desocupação através de spray de pimenta e bombas de efeito moral.

Ceará:

Estudantes continuam na luta contra o regime da ETI no Colégio Castelo Branco

Desde o começo do ano, o Colégio Castelo Branco (CCB), em Fortaleza, está sob o regime de ETI (Escola de Tempo Integral) e, neste período, tal modelo se mostrou incompatível com a realidade dos alunos, dos pais e até com a estrutura física da escola. Os alunos, que antes passavam meio período na escola, agora têm de ficar o dia inteiro. Devido a isto, o Grêmio do CCB (Corrente Proletária Estudantil e independentes) e os alunos iniciaram uma luta contra a ETI, a partir de outubro. No primeiro momento, foi feita uma campanha com cartazes e jornal do grêmio; em seguida, realizado um plebiscito na escola, nos dias 7 e 8/11, com a pergunta: “você gostaria que CCB continue com escola de tempo integral no próximo ano de 2018?”. O resultado da consulta foi um sonoro “não” dos estudantes, que obteve 202 votos contra o “sim”, que alcançou 42. Essa primeira vitória dos estudantes e seu grêmio foi friamente recebida pelos professores que, por interesses corporativos, não têm apoiado o movimento, assim como da direção da escola, que correu a convocar uma burocrata da SEFOR para palestrar na escola e convencer os estudantes de que a ETI é um processo irreversível.

Agora, no dia 29/11, os estudantes deram mais um passo na luta. Formaram uma comissão que foi até a Secretaria de Educação (SE- DUC) reivindicar audiência com o secretário Idilvan Alencar (que deve ocorrer entre 1 e 10 dezembro) para discutir a questão. Sabemos que audiência alguma resolverá por si só a questão. Sabemos que apenas a ação direta e a unidade com os pais poderão arrancar

A quinta lição se encontra na assembleia dos ocupantes, que decidiu resistir a ordem judicial. Dessa vez, a direção da Aduern convocou o comando de greve e a base para amadurecer a proposta. A disposição de todos foi resistir. Mas a categoria docente da UERN deu uma demonstração de não corporativismo ao decidir que seria a assembleia das duas categorias que tomariam a decisão final. Uma assembleia onde a saúde seria a de grande número.

Realmente, esse não corporativismo tem seus limites. A categoria da saúde era bem maior e não tínhamos como resistir sem ela. Mas, não apaga a lição para a categoria da unidade com outros assalariados e os métodos democráticos de decisão.

A direção majoritária da saúde (MAIS) decidiu não resistir. Mas, diante da base, PSTU e CPE/POR, a resistência foi aprovada com a mais ampla maioria.

A greve da saúde e docentes da UERN precisa contagiar as outras categorias do funcionalismo estadual, e as demais categorias, principalmente a classe operária, com o fim de paralisar a produção capitalista. As decisões precisam ser coletivas, a direção precisa convocar o comando, mas, principalmente, a base deve ter abertas essas reuniões para a sua participação. Um comando unificado, aberto à participação das bases, é a melhor forma de dirigir a greve das duas categorias. As ações diretas precisam ser bem planejadas, refletidas e consequentes. As ações diretas radicais são importantes para demonstrar a disposição das categorias e tentar envergar a vontade do governo, mas é a unidade dos assalariados em luta o caminho da vitória certa.

nossa reivindicação. Por isso, a tarefa agora é mobilizar ao máximo a juventude e marcar um grande ato no dia da audiência.

Mais uma vez, por que somos pelo fim da obrigatoriedade da ETI?

Por três razões: 1) A ETI transforma o colégio num depósito de alunos; a escola se transforma numa prisão e os alunos não têm aprendizado algum, com cursos sem importância e muitas vezes sem sentido, escolhido pelos professores para preencher o tempo integral; 2) A ETI exclui os estudantes que querem trabalhar. Estes terão de sair da escola e procurar outras, se não no seu bairro, em outros mais distantes para conseguir estudar; 3) A ETI foi imposta autoritariamente pela SEDUC e governo Camilo Santana, sem nenhuma consulta à comunidade escolar. A escola tem de atender ao interesse dos pais e alunos e não aos caprichos do governo. Por isso, defendemos o fim da obrigatoriedade do tempo integral. Para aqueles estudantes que desejam passar o dia na escola, defendemos que haja todas as condições para isso; mas, para aqueles (que são maioria) que não querem este sistema de prisão, que seja dado o direito de continuar cursando a escola em tempo parcial sem nenhum prejuízo!

Pelo fim da ETI! Governo Camilo, atenda nossa reivindicação!

Escola sob controle de quem estuda e trabalha, através da Assembleia Escolar! Viva o poder estudantil!

Aliança PT/PCdoB vence com ampla maioria eleições para o DCE USP

As eleições para o DCE da USP não são discutidas em assembleia geral. Por força de uma mudança golpista nos estatutos no X Congresso estudantil, é o Conselho de Centros Acadêmicos quem decide sobre elas. Este ano não foi diferente. No dia 7 de outubro, os CAs decidiram o calendário eleitoral e a comissão organizadora. Marcaram a inscrição das chapas para o dia 31/10, antevéspera do feriado prolongado de 2 de novembro, e eleição no dia 7, com campanha apenas no dia 6. As chapas das correntes dirigentes dos CAs já estavam montadas (PT/PCdoB, PSOL/PCB, MRT, PSTU). Nenhuma divulgação foi feita desse calendário. Assim, a eleição foi uma disputa de feudos eleitorais.

O PSOL contava com uma eleição de poucos votos, onde predominasse o voto de amizade, influenciado pelas direções dos CAs. Daí a falta de divulgação e a inscrição de centenas de estudantes na chapa, dos quais apenas pouco mais que dezenas são efetivamente militantes. Houve a colaboração das demais correntes que dirigem os CAs, porque também não divulgaram nada.

Mas a frente PT/PCdoB foi para a campanha com todas as suas forças. Apoiada na tendência eleitoral de fora da universidade, que canaliza votos para a candidatura de Lula em 2018, e num discurso que contempla vários aspectos das críticas da direita ao movimento estudantil, conseguiu arrastar quase mil votos da Escola Politécnica, da Faculdade de Economia e no IME, em geral de direita, e centenas de votos de onde dirige CAs, como na Letras e Direito, em S. Paulo, e em Ribeirão Preto. Alcançou assim a ampla maioria dos 4.338 votos, numa eleição pequena, de 6.664 votos.

A chapa abertamente de direita teve apenas 238 votos, refletindo um deslocamento de votos para a chapa do PT/PCdoB. A chapa da direção (PSOL/MAIS/PCB) teve apenas 1.520 votos,

Eleições no Crusp

Este ano, a eleição para a direção da Associação de Moradores do Crusp (Amorcrusp) ocorreu com a participação de apenas uma chapa, Okupa Crusp, constituída pelos que estiveram à frente da organização da luta, na maioria independentes e o POR.

A chapa Okupa Crusp defende que a resposta aos problemas específicos da moradia deve ser dado pelo conjunto dos moradores, de forma coletiva, discutindo e organizando nas assembleias,

sem nenhuma ilusão na burocracia (Serviço de Assistência Social, SAS/Reitoria), a exemplo das campanhas pela manutenção e em defesa das vagas na moradia (sob a bandeira de Ocupação de dois blocos de moradia, que estão sob o domínio da burocracia – com devolução

despencando para menos de um quarto do total, quando teve mais de 50% no ano passado. Refletiu seu profundo desgaste com a falta de respostas aos ataques que vem promovendo a reitoria.

O PSTU teve apenas 144 votos, mostrando o baque causado pela ruptura do MAIS. Seus apoiadores críticos de outros pleitos, o Território Livre, teve 71 votos. O MRT despencou dos mais de 500 votos do ano passado para 229 votos.

Como se vê, houve uma queda geral nas votações, exceto na do PT/PCdoB.

A Corrente Proletária não conseguiu organizar uma frente com os estudantes independentes para disputar as eleições ao DCE. Em parte, por conta de não ter se repetido uma forte mobilização que unisse a vanguarda independente com o POR nas assembleias e manifestações. Em parte, por ocorrer simultaneamente à organização da chapa para a Associação de Moradores do Crusp, que integramos e que neste ano agrupa a vanguarda do movimento de moradores. Em parte, pelas debilidades de nosso trabalho de organização partidária na USP, apesar de termos registrado avanços nesse sentido, como a realização de nosso curso de formação permanente mensal e as bancas de divulgação dos materiais.

A vitória do PT/PCdoB leva para a direção do DCE uma política voltada à conciliação com a burocracia universitária (fazer avaliação dos professores em conjunto com a reitoria, por exemplo) e sob a estratégia da constituição de um governo burguês de esquerda pela via eleitoral (Lula em 2018). As demais correntes já provaram que não conseguem se apoiar nas tendências de luta e radicalização presentes entre os estudantes. O POR ainda depende muito da massividade do movimento para ganhar expressão. É preciso construir uma direção revolucionária entre os estudantes.

prometida desde 2010 – enquanto foi negado o direito à moradia para quase 4 mil estudantes, só em 2017). Foi assim que essa frente atuou este ano, mesmo não tendo sido expressão de uma chapa organizada anteriormente.

A formação da chapa “Okupa Crusp” demonstrou amadurecimento político da vanguarda em responder de forma organizada aos ataques contra a permanência por parte da Reitoria. A votação teve quórum baixo, 94 votos totais, com 87 votos na chapa, 6 nulos e 1 branco. Compreendemos que a votação expressou os estudantes que defendem e compreendem que o histórico do Crusp aponta que o único método que garantirá a manutenção do Crusp enquanto direito é via da ação direta, pois a moradia na USP surgiu pelo método da ocupação. A maioria dos moradores se absteve da votação. Muitos esperam que a Associação seja uma espécie de síndico, que resolve seus problemas, assim não relacionam os ataques ao Crusp como parte da política de destruição da universidade pública e dos meios dos estudantes permanecerem nela. Desta forma, os votos obtidos foram dos que reconhecem e apoiam o programa da chapa, que defende independência diante da burocracia universitária e uma associação que seja instrumento de mobilização pelas reivindicações.



Nesta edição:

- **Bolívia:** Chamamos a juventude brasileira a rechaçar a repressão policial contra estudantes bolivianos.
- **Trump na Ásia:** Desacordos comerciais projetam novos conflitos mundiais.
- **História do partido bolchevique**
Segunda parte: 1907 – 1914 -
A luta contra o liquidacionismo.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Chile**

Nosso posicionamento sobre a publicação de um boletim que não representa a seção chilena do Comitê de Enlace

Publicamos abaixo a declaração do Comitê Construtor do POR no Chile, seção do Comitê de Enlace, cujo objetivo é o de esclarecer e se delimitar da confusão política criada por um ex-camarada que se aproximou e que finalmente se afastou do trabalho de construção da seção chilena. Tudo indica que a aproximação não se deu sobre a base de uma discussão crítica e autocrítica. O fato de não ter sido possível a abertura de um processo de superação de divergências, que naturalmente surgiriam, já que o ex-camarada havia passado pela escola do centrismo, desencadeou um choque extremamente negativo. Não nos referimos apenas às acusações pessoais, que sempre explodem quando o conflito não comparece determinado pelo programa e pela linha política, mas principalmente pela ausência de método.

A separação prematura e abrupta do referido militante e a sua decisão de publicar o “Boletín Obrero”, como “célula do Partido Operário Revolucionário (POR/CERCI Chile)”, estabeleceu uma confusão política e provocou um confronto público completamente adverso ao trabalho de construção do partido. O fato demonstrou que não foi formado no internacionalismo

marxista e nos fundamentos leninistas do partido. Em todos os sentidos, a decisão individual de publicar o boletim, colocando-se sob a mesma bandeira do Partido Operário Revolucionário e reivindicando-se do Comitê de Enlace, expressou uma atitude anárquica, antimarxista. Sem dúvida, o Comitê de Enlace poderia ser chamado a discutir os conflitos que levaram à separação e assim organizar um quadro de discussão crítica e autocrítica.

A seção brasileira, quando informada da aproximação do referido ex-camarada, sabendo de sua experiência, viu o fato como promissor. Um trabalho de aproximação criteriosa, sem dúvida, poderia potencializar a seção chilena. Assombrou-nos, no entanto, quando vimos no site do masas.nu a publicação de um boletim estranho ao Comitê de Enlace. Isso por que ostentava o nome de partido operário revolucionário e do Comitê de Enlace. Imediatamente, nos posicionamos pela sua desautorização.

A reunião do Comitê de Enlace em outubro poderia ter aberto discussão, mas o ex-camarada simplesmente a ignorou. O que evidenciou a ausência de seriedade. Está aí por que publicamos, neste número do *Jornal Massas*, a nota redigida pelo Comitê Construtor do POR do Chile, seção do Comitê de Enlace.

Balanço da seção chilena no trabalho de reconstrução do Partido Operário Revolucionário, que integra o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Estamos circunscritos a um processo ininterrupto, e o único recurso que dispomos para alcançar a maturidade política e ideológica é a constância, consequência revolucionária e participação de todos os militantes, procurando superar cada obstáculo com que nos deparamos na luta diária, em uma situação onde prevalece a incultura, o atraso político e onde encontramos intrigantes, demagogos aventureiros e centristas que posam de revolucionários.

Nossa fortaleza é adquirida pela atividade inquebrantável do Comitê de Enlace, que nos auxilia na preservação consequente

dos princípios do bolchevismo, abandonado pelo estalinismo e pelo pseudo-trotskismo. Proporciona-nos a elevação teórica e política, que nos orienta na construção do partido no Chile, que se converterá no fortalecimento do Partido Internacional. O método é o trabalho coletivo, constante discussão, autocrítica, apoiados na tradição da luta da classe operária chilena e nas atividades com a população proletária, com o programa de classe, que diariamente vimos construindo.

As enormes e variadas campanhas que utiliza a burguesia

para desviar a atenção dos oprimidos de seus problemas também afetam nosso Comitê Construtor. Especialmente, nos referimos ao camarada Cheo, que, apesar das reuniões semanais que tínhamos (...), não soube entender o que significa o trabalho de construir um partido operário revolucionário: constância, sacrifício e honestidade para levar adiante nossas tarefas, fundadas no centralismo democrático, que requer a militância revolucionária. Ao contrário, utilizou os métodos do estalinismo, falsificando os acontecimentos, baseados em acusações pessoais com o claro propósito de iludir politicamente. O que se expressa em palavras deve ser com-

provado pelos fatos, assim podemos dizer que é correto e sincero. O contrário não passa de palavras incoerentes como o que continua escrevendo, por exemplo, no último documento, sobre os 44 anos do golpe contrarrevolucionário de 1973. Devemos superar esse capítulo, que não pode nos deter no caminho empreendido. Devemos emitir uma declaração pública rechaçando o que escreve Eliseu Morales, uma vez que não representa o Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário no Chile, nem a política revolucionária da classe operária, subordinado absolutamente ao estalinismo e ao pseudo-trotskismo de onde provém.

Bolívia

Chamamos a juventude brasileira a rechaçar a repressão policial contra estudantes bolivianos



Protesto exige renúncia de Evo

No último dia 28/11, uma violenta repressão policial dissolveu vários piquetes e bloqueios de rua instalados pelos estudantes e funcionários da Universidade Pública de El Alto (UPEA), que impediam o tráfego entre a cidade e La Paz. A mobilização vinha saindo às ruas da capital boliviana há alguns dias, reivindicando aumento de 84 milhões de bolivianos em seu orçamento, sob o risco de não conseguir mantê-la funcionando até o final do ano. O governo de Evo Morales tem negado-se a conceder qualquer aumento do orçamento universitário.

Desde muito cedo, docentes e estudantes da instituição bloquearam a avenida Nações Unidas, munidos de pedras, paus e estilingues. A decisão de bloquear as ruas foi tomada em uma espécie de cabildo (assembleia popular) no final de uma mar-

cha que percorreu várias ruas em La Paz, no dia anterior.

O ministro da Economia de Evo Morales, Mario Guillén, ao negar a concessão de mais verbas, afirmou que a universidade deveria se adequar ao orçamento insuficiente, ou iria para uma situação de déficit permanente. O governo age para garantir que os recursos públicos sirvam para proteger o parasitismo financeiro da crise econômica, enquanto a educação pública é estrangulada.



Estudantes respondem aos ataques policiais de bombas de gás.

Um professor foi ferido duramente na cabeça e está internado. Há vários presos, que foram levados à sede da Força Especial de Luta contra o Crime (FELCC) de El Alto, o que mostra a criminalização do movimento pelo governo Evo.

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) tem assinalado a direitização do governo Evo e organizado a luta contra as medidas ditatoriais. O avanço da repressão aos movimentos sociais é o caminho do governo Evo para impor autoritariamente sobre as massas as políticas de proteção à burguesia nacional e internacional à custa de maior exploração e cortes de direitos, empregos e salários. Assim se aplicam as diretrizes gerais da burguesia mundial sobre os países do continente, seja pelos governos de pose democrática e reformista, seja pelos autoritários e direitistas. O proletariado e os demais oprimidos devem se unir numa só força para enfrentá-los. Os estudantes e docentes da UPEA precisam da força da classe operária para derrotar Evo e os capitalistas.



Repressão impõe cenário de guerra nas ruas

Trump na Ásia

Desacordos comerciais projetam novos conflitos mundiais

Trump finalizou, em meados outubro, uma viagem de 12 dias pelo sudeste asiático. Os EUA tinham por objetivo reforçar suas posições diplomáticas, políticas, econômicas e militares em uma região estratégica para impor seu domínio sobre os intercâmbios e rotas comerciais que limitam a expansão da China e seus concorrentes monopolistas mundiais, como Japão e Coreia do Sul.

Nesse sentido, as “conversas bilaterais” com os presidentes do Vietnã, Filipinas e Coreia do Sul objetivavam impulsionar sua influência sobre mercados e fontes de matérias-primas. E estabelecer um acordo de “garantia mútua” contra a Coreia do Norte. Fortalecer a presença militar do imperialismo na região e erguer um cerco contra a China.

No entanto, na reunião da ASEA (Associação de Nações do Sudeste Asiático), Trump se deparou com uma resistência a tais objetivos. Apenas divulgaram declarações gerais sobre “a necessidade de combater o terrorismo” e limitar as consequências da imigração.

O mesmo se passou com o Acordo Trans-Pacífico de Colaboração Econômica (TPP). Doze países assinaram a sua gradativa implementação, deixando de fora os EUA que romperam com ele. O reatamento dos acordos e aplicação do TPP foram impulsionados pelo Japão, que contou com o apoio da Canadá, um importante parceiro comercial e estratégico dos Estados Unidos. Por sua vez, Trump assinou uma semana antes de comparecer na ASEA acordos bilaterais com a China no valor de 253,5 bilhões de dólares (um recorde nas relações comerciais).

A ASEA foi concebida como um freio ao expansionismo comercial chinês e um instrumento para aumentar os intercâmbios comerciais entre os países da região. Enquanto que o TPP devia servir de bloqueio aos intercâmbios comerciais da China por todo o mundo, favorecendo as frações monopolistas norte-americanas, japonesas e canadenses. No entanto, o reatamento do TPP, a contragosto do imperialismo norte-americano, e o acordo comercial entre EUA e China demonstram que as frações monopolistas estão obrigadas a procurar vias

próprias para defender seus interesses e preservar seus lucros na situação de agravamento da guerra comercial.

Está aí por que vem se delineando um novo período de convulsões mundiais. Ocorre que os raquíticos índices de crescimento do último período, se comparados aos que precederam à crise mundial, mostram que a retomada econômica dos últimos anos se realiza sobre a base de uma destruição de valores e forças produtivas em grande escala. O fechamento de milhões de postos de trabalho, a redução brutal dos salários mundiais, a destruição de conquistas e direitos das massas, a semiparalisa industrial em inúmeros países, o agravamento do saque e opressão nacional das semicolônias, de conjunto, demonstram que os explorados pagam com a destruição de suas condições de vida a continuidade do capitalismo apodrecido.

No entanto, essa destruição de valores não chegou ao ponto de permitir uma retomada econômica em escala comparável à pré-crise de 2008. Uma gigantesca massa de capitais continua parada nas potências, sem aplicação na produção. O que exige ampliar os ataques contra as massas e abrir mercados à força. Não por acaso, os Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão e as potências da Europa agigantam seus arsenais e potenciam os Estados policiais, objetivando descarregar as consequências da crise capitalista sobre as massas, as semicolônias e os países que expropriaram a burguesia.

Como se vê, o fracasso dos Estados Unidos em impor seus interesses a seus aliados e rivais mundiais leva a um impasse na convulsiva situação política mundial. São as crises, guerras, revoluções e as contrarrevoluções que determinam o caráter geral da época imperialista.

A barbárie capitalista vem se impondo. O que exige dos explorados responder com os métodos e o programa da luta de classes. A vanguarda proletária mundial tem por tarefa dar saltos organizativos e avançar na constituição de seus partidos marxista-leninista-trotskistas. É lutando para superar a crise de direção, que se pode enfrentar a desagregação capitalista com o programa da revolução e ditadura proletárias.

Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão e as potências da Europa agigantam seus arsenais e potenciam os Estados policiais, objetivando descarregar as consequências da crise capitalista sobre as massas, as semicolônias e os países que expropriaram a burguesia.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL



No *Jornal Massas* 555, publicamos a primeira parte da *História do Partido Bolchevique*, redigida pela seção argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Damos continuidade, traduzindo a segunda parte. Devido à extensão, não pudemos editar inteiramente. No próximo *Jornal Massas*, concluiremos.

História do partido bolchevique

Segunda parte: 1907 – 1914

A luta contra o liquidacionismo

5º Congresso, 5ª e 6ª Conferências

O czar dissolveu a 1ª Duma em julho de 1906, dez semanas depois de ter começado a funcionar. Convocou a 2ª Duma para fevereiro de 1907. Os mencheviques (que eram a direção do partido) defenderam, num primeiro momento, a luta pelo “reinício das sessões da Duma com a finalidade de convocar uma assembleia constituinte”. O Comitê de São Petersburgo protestou. Considerou que já não era somente oportunismo, mas um disparate. O Comitê Central, nas mãos dos mencheviques, mudou a posição de “lutar contra o governo em defesa da Duma com a finalidade de convocar uma assembleia constituinte”. Lênin propôs aproveitar a dissolução da Duma para fazer uma “agitação concentrada e para chamar a insurreição ... chamando a destruir as instituições e tomar a terra” e que o “órgão” da insurreição deveria ser os soviets”. (Do texto “A dissolução da Duma e as tarefas do proletariado”).

A dissolução da Duma pôs à prova as duas táticas do POSDR. Lênin caracterizou que o CC (com maioria menchevique) vacilou entre o método legal constitucional, como método único e exclusivo, e o reconhecimento do uso do método revolucionário. O CC declarou que os soviets não eram convenientes e procurou uma aliança com os kadetes (representantes da burguesia e da oficialidade que se opunham a uma assembleia constituinte), e chamou o partido a organizar “manifestações de protesto”, o que causou uma rejeição “raramente unânime” na organização, como disse o Lênin (“Fracasso da tática oportunista”).

Começou a agitação por um novo congresso do partido. O CC se opôs. Lênin explicou que as razões para o novo congresso são duas: de um lado, a composição do partido e, de outro, a tática. Depois do congresso de unificação, se incorporaram os letões, os bundistas¹ e os poloneses. Se considerarmos que os letões e poloneses se aproximavam do bolchevismo e os bundistas do menchevismo, o resultado era que as duas frações tinham mais ou menos a mesma força numérica, constituindo “uma tremenda anomalia que o CC menchevique represente todo o nosso partido”. Por outro lado, a maioria do partido rejeitou a tática do CC em relação à Duma. Lênin concluiu que a campanha eleitoral para a próxima Duma e a possibilidade de ações revolucionárias obrigariam o partido a lutar contra seu CC, na medida em que não representava a vontade da maioria. (“Sobre a convocação de um Congresso Extraordinário”).

1 Membros do BUND (União Geral dos Operários Judeus da Lituânia, da Polônia e da Rússia) organizado em 1897, agrupava principalmente os elementos semiproletários do artesanato judeu das regiões ocidentais da Rússia. Durante a 1ª Guerra Mundial os bundistas adotaram uma posição social-chauvinista. Em 1917 o Bund apoiou o governo provisório burguês e lutou ao lado dos inimigos da revolução de outubro.

Realizou-se a conferência da organização de São Petersburgo para adotar uma resolução acerca de se devia ou não fazer um acordo com os kadetes na primeira etapa das eleições à Duma. Nesta conferência, a maioria era dos bolcheviques. O CC tentou dividir a conferência em duas (uma na capital e outra na província). Os mencheviques se retiraram desta conferência e declararam publicamente que haviam oferecido aos kadetes a composição de um bloco eleitoral. A Conferência resolveu: 1) nenhum acordo com os kadetes (sigla do Partido Democrata Constitucional, representante da burguesia liberal); 2) realizar uma campanha independente; 3) fazer acordo com os trudoviques (Partido Trabalhista, sigla do Partido Socialista Revolucionário), com a Liga Camponesa e com os socialistas populares (outra fração que surgiu dos Socialistas Revolucionários, que iria se unificar com os Trudoviques até 1917, depois desta data voltou a integrar o partido Socialista Revolucionário). (“A socialdemocracia e as eleições da Duma”).

Em março, publicaram-se os projetos de resoluções dos bolcheviques para o 5º Congresso que propunham: 1) considerar a crise atual não como uma crise constitucional, mas, como uma crise revolucionária e, devido a isso, na Duma se dever intervir com essa posição, portanto, sem nenhum acordo com os Kadetes; 2) que a tarefa principal do proletariado era levar até o final a revolução democrática; 3) que a ação da fração parlamentar não deve ser “legislativa”, mas subordinada à agitação do partido. (“Projeto de resolução para o 5º congresso”).

Em maio de 1907, realizou-se em Londres o 5º Congresso, o último realizado em conjunto entre mencheviques e bolcheviques. Participaram 302 delegados (90 bolcheviques, 85 mencheviques, representando 77.000 militantes do partido russo, mais os delegados do Bund, letões e poloneses). Houve um enfrentamento contra as tendências que defendiam a dedicação exclusiva à intervenção legal na Duma e a dissolução do partido em organizações legais abertas. Os bolcheviques ganharam a direção. Como principais resoluções deste congresso, se resolveu iniciar uma luta implacável contra os partidos burgueses. Ao mesmo tempo, dava-se especial ênfase ao desmascaramento dos burgueses liberais e nacionalistas burgueses. Em relação a estes últimos, se decidiu fazer acordos concretos para lutar contra o czarismo e a burguesia.

Ogolpe de estado de 3 de junho de 1907 dissolveu a 2ª Duma e modificou a lei eleitoral para a 3ª Duma, aumentando a representação dos latifundiários e da burguesia, reduzindo a dos operários e camponeses. Foi o período conhecido como de reação stolypliana. Lênin avaliou que “em outubro de 1905, o ascenso revolucionário na Rússia alcançou seu ponto culminante” e, em “outubro de 1907, experimentamos o maior descenso, se considerarmos a luta aberta das massas. Porém, o período de declínio

nio, iniciado após a derrota de dezembro de 1905, não apenas trouxe consigo o florescimento das ilusões constitucionistas, mas também trouxe sua total bancarrota. A 3ª Duma ... pôs fim claramente ao período de crença na convivência pacífica da autocracia com a representação popular e abriu uma nova época no desenvolvimento da revolução". Considerou que uma das lições mais importantes da revolução foi que evidenciou claramente que o proletariado é a classe que expressa o "papel dirigente" na revolução, e que as outras classes oprimidas se organizam seguindo o proletariado. Por outro lado, assinalou que o partido se encontrava mais coeso, depois de se livrar dos elementos pequenos burgueses ("Revolução e contrarrevolução").

A luta contra o liquidacionismo

A contrarrevolução stolypianadesferiu um duro golpe na organização do POSDR, que teve reduzida a sua militância de 100 mil a menos de 10 mil membros. Entretanto, isto não era o fundamental, mas o surgimento de novas tendências dentro das frações menchevique e bolchevique. Em novembro de 1908, Lênin declarou que o partido "atravessava uma crise não apenas orgânica, mas também ideológica e política" ("a respeito de duas cartas"). Em dezembro de 1908, realizou-se a 5ª conferência do POSDR, onde ficou demonstrado que os "mencheviques fazem acordos entre homens do partido e não do partido, que se opõem em segredo ao partido, que liquidam e aplicam um oportunismo sem precedentes contra um só partido socialdemocrata europeu".

A Conferência denominou "liquidacionista" a esta corrente nascida no seio do menchevismo, na medida em que procurava liquidar a organização clandestina do partido e substituí-la por um amplo partido legal. Definiu o liquidacionismo menchevique como a "tentativa de uma parte da intelectualidade do partido de liquidar a organização existente do POSDR e substituí-la por um agrupamento amorfo, mantido a todo custo nos marcos da legalidade, ainda que para isto tivesse de renunciar claramente ao programa, à tática e às tradições do partido".

No final de janeiro de 1909, publicou-se o texto de Lênin "Na rota", no qual se indicava que "todas as organizações do partido vieram abaixo. As organizações semilegais do partido criadas pela revolução sofreram um golpe atrás do outro. As coisas chegaram a tal ponto que alguns elementos do partido, influenciados pelo ambiente de desagregação, perguntaram-se se é preciso manter o partido socialdemocrata tal como era antes, se é preciso continuar sua obra, se é preciso ir de novo à clandestinidade e como fazê-lo. Os elementos da extrema-direita responderam no sentido da legalização a todo custo, ainda que tivessem de renunciar abertamente ao programa, à tática e à organização do partido (a chamada corrente liquidacionista (...)). O motivo fundamental da crise do partido está exposto nas considerações da resolução (da Conferência) sobre as questões de organização. O motivo fundamental é a depuração do partido operário de elementos intelectuais pequenos burgueses vacilantes, que se vincularam ao movimento operário, principalmente, com a esperança de uma próxima vitória da revolução democrático-burguesa, e que não puderam permanecer firmes no período da reação".

Liquidacionismo não apareceu apenas dentro da fração

menchevique, mas também na bolchevique, que se chamou de "liquidacionismo de esquerda". Esteve representada pelo "otzovismo" (Krassin e Bogdanov), o "ultimatismo" (de Máximo Gorki) e os "Construtores de deus" (ou "deísta", cujo principal expoente era Lunatcharski, quem, nas palavras de Lênin, era "o maior talento nascido da intelectualidade russa"). De conjunto, Lênin os definia como um "menchevismo ao contrário", quer dizer, enquanto os mencheviques procuravam liquidar a organização clandestina do POSDR, as tendências liquidacionistas, que surgiram dentro dos bolcheviques, procuravam destruir toda a intervenção legal do partido. Lênin explicou que uma boa parte da simpatia que desperta o liquidacionismo de esquerda dentro do partido se deve "aos grandes erros de nossa minoria na Duma".

Em relação ao grupo dos "Construtores de deus", Lênin assinalava que "existe um grupo literário que com a ajuda de algumas editoras burguesas inundam nossa literatura legal com a pregação sistemática da construção de deus. A este grupo pertence Maximov. E esta pregação se tornou sistemática precisamente há um ano e meio, quando a burguesia russa precisou para suas finalidades contrarrevolucionárias reviver a religião, levantar a demanda da religião, inventar a religião, inocular e reforçar de uma maneira nova a religião no povo.

Dentro da fração bolchevique, Bogdanov era um dos mais influentes entre as tendências liquidacionistas. Desde 1905, havia se declarado "empirionomista", procurando fundir o marxismo com o empiriocriticismo. Em março de 1909, Lênin publicou

[Lenin] Considerou que uma das lições mais importantes da revolução foi que evidenciou claramente que o proletariado é a classe que expressa o "papel dirigente" na revolução, e que as outras classes oprimidas se organizam seguindo o proletariado.

"Materialismo e empiriocriticismo", sua obra filosófica mais importante. Tratava-se de uma resposta a uma série de escritores que, desde 1908, iniciaram "uma verdadeira campanha contra a filosofia do marxismo" na Rússia. Todos eles se caracterizavam por tentar destruir o materialismo dialético, apoiando-se nas últimas descobertas das ciências naturais, chegando "intrepidamente até o fideísmo puro" (doutrina filosófica segundo a qual não se deve chegar à verdade por meio da razão, mas pela fé). A importância que tinham os empiriocriticistas é que constituíam a única base teórica das tendências liquidacionistas de esquerda (as que surgiram no seio do bolchevismo). Portanto, a luta filosófica era também uma luta prática em defesa do partido, contra o otzovismo e o ultimatismo.

Diante das novas descobertas das ciências naturais que resvalaram até o idealismo, Lênin defendeu o conceito de "matéria", da filosofia marxista, assinalando que "a única propriedade da matéria, admitida pelo materialismo filosófico, é a propriedade de ser uma realidade objetiva, de existir fora de nossa consciência". Por outro lado, expôs a teoria marxista do conhecimento, deixando claro que esta contempla as limitações relativas do conhecimento humano sem invalidá-lo pela sua relatividade. Concluiu que aqueles que se afastam da filosofia marxista, do materialismo dialético, concluem renegando a possibilidade de transformar a realidade social, na medida em que não haveria a possibilidade de conhecer as leis que regem a transformação das sociedades.

Apontamentos sobre a história do bolchevismo

Na exposição de aspectos do pensamento de Lênin, que denominamos “Assimilando o Leninismo” e “Lênin Estrategista”, publicados em vários números do jornal Massas, verificamos que estávamos tratando da história do bolchevismo. A seção Argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, por sua vez, publicou em duas partes a história do bolchevismo. Essas duas iniciativas confluíram para a necessidade de continuar o levantamento e a explanação da luta heróica de Lênin para vencer adversários e aliados vacilantes no processo de construção do partido marxista. O II Congresso de 1903, evidentemente, ergueu-se como o marco dessa construção. Basta o estudo desse período para se entender por que utilizamos o adjetivo de heróica luta.

A história do bolchevismo se alicerça profundamente no heroísmo da classe operária russa, que em 1905 iniciou a primeira revolução democrática concluída em outubro de 1917 na revolução proletária. O bolchevismo se formou precisamente no II Congresso e logo suas posições se entroncaram com a revolta de 1905, cuja grande conquista foi a constituição dos soviets (conselhos) de operários. É certo que o bolchevismo é mais amplo que o leninismo. No entanto, todo o seu fundamento programático, teórico e político tem por base o rigoroso empenho de Lênin em separar o proletariado da política burguesa e pequeno-burguesa e elevar sua consciência socialista por meio do partido genuinamente marxista. Surgiu como uma fração majoritária, contraposta principalmente ao menchevismo. A luta entre essas duas tendências assumiu a altura de ferozes confrontos. As tentativas de manter o partido socialdemocrata russo unido fracassaram em razão de as divergências assumirem o caráter de princípio, de programa e de teoria. A cisão chegou ao ponto em que não era possível evitar a separação. A posição que trabalhava pela conciliação entre as duas frações fortalecia os adversários do partido marxista. Lênin os combaterá como liquidacionistas. Durante nove anos, as duas frações permaneceram sob o manto da socialdemocracia. Em 1912, portanto, a separação definitiva se concretizou. Embora mantivesse o nome de partido socialdemocrata russo, o certo é que havia se transformado no partido bolchevique.

Dada as condições de formação do partido operário socialdemocrata, em 1898, imediatamente desbaratado pela repressão, que sobreviveu por meio de círculos descentralizados e em muitos casos isolados entre si, a primeira questão que se colocou foi a de como superar a dispersão estabelecendo uma estrutura orgânica. Lênin relata que uma das primeiras divergências se deu “entre a tendência intelectual-opportunista e a proletária-revolucionária”. A cisão a que se refere se deu entre os exilados, que tiveram de se refugiar devido à brutal perseguição. Lênin confrontava-se com a intelectualidade pequeno-burguesa que expressava o “*economismo, menosprezava a importância da luta política e negava a existência de elementos democrático-burgueses na Rússia*”. A influência do revisionismo que se dava no partido socialdemocrata alemão se tornava visível entre aqueles que Lênin denominava “*críticos legais de Marx*”. Lênin constata que “*em nenhum país da Europa vemos que o bernsteinismo desembocasse com tanta rapidez em seu final lógico na formação de uma fração liberal, como aconteceu na Rússia*”.

Estava claro que a constituição do partido revolucionário na Rússia era parte de um problema maior que dizia respeito ao revisionismo no seio da II Internacional, dirigida pela socialdemocracia alemã. Certamente, é a partir do II Congresso que se tornou mais visível a ofensiva geral das tendências reformistas, que na Rússia foi encarnada pelos mencheviques. É importante frisar que Lênin não apenas não desvinculou a construção do partido na Rússia das tarefas internacionais, como também travou o com-

bate a posições externas que não compreendiam e obstaculizavam transformar os círculos socialdemocratas em um partido centralizado, programático e vinculado às massas proletárias. Foram os casos de August Bebel e Rosa Luxemburgo.

Diante da configuração das duas tendências, a direção do Partido Socialdemocrata Alemão aprovou a proposta de constituir um tribunal de arbitragem, que decidiria sobre a luta renhida entre bolcheviques e mencheviques. Caberia a Bebel presidir o tribunal. Lênin, respeitosamente, rejeitou a proposta em uma carta datada de fevereiro de 1905.

Rosa Luxemburgo redigiu uma crítica ao livro de Lênin “Um passo a frente, dois passos atrás (a crise de nosso partido)”, escrito entre fevereiro e maio de 1904. Por sua vez, a reação de Gueorgui Plekhanov foi tal que propôs à direção do partido que impedisse a divulgação do livro.

É oportuno expor alguns aspectos da resposta de Lênin a Rosa Luxemburgo. Rejeita a acusação de pretender impor à socialdemocracia russa um “centralismo intransigente”. Vejamos esse argumento: “*Luxemburgo supõe que eu defendo um sistema de organização contra outro. Mas, na realidade, não é assim. O que defendo ao longo do livro (...) são os princípios elementares de qualquer organização de partido que se possa imaginar. Em meu livro não se examina o problema da diferença entre tal ou qual sistema de organização, mas sim o problema de como é necessário apoiar, criticar e corrigir o sistema que seja, sempre que não contradiga os princípios do partido*”.

Em continuidade, Lênin mostra o erro de Rosa Luxemburgo em achar que as divergências se davam “em torno da maior ou menor centralização”. Explica que a “*disputa se dá em torno de se o Comitê Central e o Comitê de Organização devem ou não representar a tendência da maioria do congresso do partido*” (...) “*O que assinalo é que se dão já todas as premissas necessárias para esperar que sejam acatadas as decisões do congresso, e que passou o tempo em que uma instituição do partido podia ser substituída por um círculo particular*”. De maneira que Lênin reclama da ausência de estudo dos “*fatos concretos da luta de nosso partido*”. A obra “Um passo à frente, dois passos atrás” está inteiramente marcada pelos acontecimentos, pelas posições de cada tendência, dos principais dirigentes e as respectivas votações. É bem provável que não há em nenhum outro lugar dos escritos de Lênin a demonstração da importância das atas que expressam a vida do partido, no caso, o que se passou no II Congresso.

Lênin recorre a uma síntese da história da socialdemocracia russa, fundada em 1898, para evidenciar o percurso das divergências, que comparecerão concentradamente cinco anos depois, no congresso de 1903. O confronto em torno do primeiro artigo dos estatutos foi de tal importância que expressou a divergência de concepção de partido. A formulação de Martov previa que para ser membro do partido não precisava pertencer a uma de suas organizações. Bastaria que “*trabalhassem sob o controle de uma organização do partido*”. Assim, os mencheviques dissolviam a fronteira partidária entre os genuínos militantes dos simpatizantes. Lênin, finalmente, mostra a Rosa Luxemburgo que a minoria derrotada não admitiu “*trabalhar sob o controle das instituições centrais*”. Tentou impor condições à maioria quanto à composição dos redatores. Negou-se inclusive a aceitar a proposta de que “*expressassem seu ponto de vista nas páginas do Iskra*”. Estava, portanto, estabelecida a constituição de duas frações, a maioria (bolcheviques) e minoria (mencheviques).

(As citações fazem parte do artigo “Um Passo à Frente, Dois Passos Atrás (Resposta de Lênin a Rosa Luxemburgo)”, Obras Completas, Lênin, tomo VII, Akal Editor)